

PARTIDO ECOLOGISTA OS VERDES

MOÇÃO DE AÇÃO ECOPOLÍTICA

14^a CONVENÇÃO | **PARTIDO ECOLOGISTA OS VERDES**
17 E 18 DE NOVEMBRO DE 2018
FACULDADE CIÊNCIAS LISBOA

**AÇÃO
ECOLOGISTA**

**UM
COMPROMISSO
COM
O FUTURO**

www.osverdes.pt



PEV



PARTIDO ECOLOGISTA OS VERDES

**Aprovada na 14^a Convenção do PEV
Lisboa, 18 de novembro de 2018**



MOÇÃO DE AÇÃO ECOPOLÍTICA

«AÇÃO ECOLOGISTA – UM COMPROMISSO COM O FUTURO»

I - A IMPORTÂNCIA DO PROJETO ECOLOGISTA	5
a) Contexto mundial	5
b) Contexto nacional	11
II - UM COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	18
a) Água e recursos hídricos.....	18
b) Biodiversidade e conservação da natureza	21
c) Qualidade do ar e resíduos.....	24
d) Energia.....	27
e) Alterações climáticas	29
III - UM COMPROMISSO COM O ORDENAMENTO E A COESÃO DO TERRITÓRIO	33
a) Assimetrias regionais.....	33
b) Floresta e agricultura	34
c) Ecoturismo.....	39
d) Regionalização.....	41
e) Centros urbanos	43
IV - UM COMPROMISSO COM SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE	45
a) Serviço Nacional de Saúde	45
b) Escola pública.....	48
c) Transportes	52
d) Ambiente	55
e) Justiça e segurança.....	57
V - UM COMPROMISSO COM UMA SOCIEDADE PARA TODOS	60
a) Igualdade e não discriminação	60
b) Cultura	62
c) Trabalho e segurança social.....	64
d) Justa repartição da riqueza.....	67
e) Participação dos cidadãos	70

VI - O REFORÇO DA AÇÃO ECOLÓGICA	72
a) Os coletivos regionais do PEV	72
b) Os órgãos de direção do PEV	73
c) O PEV nas autarquias	74
d) O PEV no Parlamento.....	75
e) Ecolojovem.....	76
f) Participação internacional.....	77
g) Redes sociais e comunicação.....	78
h) Campanhas de rua.....	79
i) Atos eleitorais	80



I - A IMPORTÂNCIA DO PROJETO ECOLOGISTA

Compreender o mundo e a sociedade onde nos inserimos é um imperativo para quem age por princípios de justiça social e ambiental e trilha caminhos que conduzam à felicidade de todos quantos habitam neste Planeta Terra. O Partido Ecologista Os Verdes junta um conjunto de pessoas que têm em comum este desejo de construir um mundo melhor e uma sociedade onde a igualdade de oportunidades, a solidariedade e a democracia sejam plenas.

O Partido Ecologista Os Verdes tem como matriz os ideais ecologistas, sustentando o seu pensamento e a sua ação na harmonia e na sustentabilidade do desenvolvimento, na plena convicção de que a solidariedade intrageracional e intergeracional é um instrumento estruturante para salvaguardar o Planeta e o bem-estar de todos quantos nele habitam.

a) Contexto mundial

Num mundo onde o capitalismo é a fonte de acumulação incessante de riqueza numa pequena minoria, à custa das mais diversas formas de abuso de uma larga maioria de seres humanos e da delapidação de recursos naturais a um ritmo acelerado e muito para além do limiar de sustentabilidade da Terra, o projeto ecologista é absolutamente necessário para combater este modelo e para garantir um processo de transformação que assegure um desenvolvimento económico, social e ambiental diferenciador e respeitador da vida com dignidade e da Natureza.

O capitalismo sempre foi, é e será gerador de desigualdades estruturantes e está geneticamente ligado à exploração, que promove a fome, a pobreza, o tráfico de seres humanos, o trabalho sem direitos, a descartabilidade de quem trabalha, assim como a degradação ou a utilização descontrolada de património natural, como a água, as florestas ou os solos. Tudo a troco da obtenção do máximo lucro para uma minoria. Se atendermos ao facto de a economia mundial ser essencialmente controlada por cerca de 150 multinacionais e de cerca de 1% da população mundial deter 50% da riqueza mundial, enquanto 70% de pessoas em idade ativa detém apenas 2,7% da riqueza mundial, percebemos bem o que significa a injusta repartição da riqueza.

Por outro lado, 12% da população mundial não tem acesso a água potável, 92% vive confrontada com níveis de poluição atmosférica acima dos padrões considerados adequados pela Organização Mundial de Saúde. Além disso, a desflorestação no mundo continua a um ritmo bastante elevado, a destruição de biodiversidade galopa, com a conseqüente extinção de espécies e de *habitats*

naturais, sendo que, para esta realidade, concorre também o fenómeno das alterações climáticas intensificado pela emissão global sobretudo de dióxido de carbono, adveniente da queima de combustíveis fósseis, e de metano, fundamentalmente proveniente de um sistema de produção pecuária super intensiva. Com tudo isto a salvaguarda da alimentação, da saúde, da vida de muitos seres humanos e de outros seres vivos fica cada vez mais comprometida.

É neste quadro que os apetites das multinacionais se lançam ferozmente para deter recursos tão essenciais como, por exemplo, a água, procurando a privatização da sua gestão, de modo a mercantilizar e a controlar aquele que é um bem essencial a todas as formas de vida e que, de tão imprescindível, ameaça mesmo ser um dos potenciais fatores de conflito entre Estados. A escassez deste recurso, agravada por cenários de seca e de desertificação como consequência das alterações climáticas, não pode levar os Estados a prescindir da gestão pública de um recurso determinante para o desenvolvimento.

O capitalismo procura empoderar as multinacionais e os grandes grupos económicos, em todos os domínios estratégicos, de modo a ganhar lucro e poder. O que se passa ao nível da produção alimentar é bem elucidativo desse objetivo: as multinacionais procuram controlar o que se produz, procuram o desempoderamento das comunidades camponesas, procuram submeter os pequenos agricultores ao que elas determinarem que se produz, procuram que o mundo dependa delas ao nível alimentar. Para esse efeito, precisam de garantir a globalização e também que as políticas agrícolas definidas pelo poder político não se desenvolvam no sentido de assegurar a soberania alimentar dos povos. É nesse objetivo que se enquadram os tratados de livre comércio, como o TTIP ou o CETA, garantindo um mercado global para as multinacionais do setor agroalimentar. Também a generalização dos OGM visa o controlo alimentar por parte das multinacionais, como a Monsanto, através do domínio da tecnologia e de sementes patenteadas. A realocação da produção e do consumo é determinante para garantir maior sustentabilidade da produção alimentar, cuja dimensão social e ambiental requer a interiorização do conceito de agroecologia e também de um comércio justo que se adegue às necessidades das populações, à garantia de bons padrões alimentares e ao combate ao desperdício alimentar.

Uma outra dimensão estratégica para o desenvolvimento, que o setor privado procura controlar, é o da energia. Cerca de 577 milhões de habitantes dos países mais pobres não têm acesso a eletricidade e em países mais ricos, devido ao preço elevado que têm de pagar pela eletricidade, muitos cidadãos com baixos rendimentos ficam privados deste serviço essencial. Em Portugal 52% da fatura da eletricidade corresponde a impostos e taxas, incluindo rendimentos que as



eletroprodutoras têm assegurados para obter lucros exorbitantes. A privatização e a liberalização do setor energético geraram aumento do preço da energia tomando estes recursos como uma fonte de negócio e de investimentos subsidiados.

O capitalismo promove sempre a concentração de capitais numa minoria à custa da exploração e da opressão de uma larga maioria, designadamente através da generalização dos baixos salários, do trabalho precário e da ameaça do desemprego. A insegurança das pessoas e o medo quanto ao seu futuro é uma arma que o capitalismo usa para manter o domínio do grande poder económico e a submissão de quem vive à custa dos rendimentos do seu trabalho. Agregando essa vertente ao domínio de aspetos determinantes para o desenvolvimento, como os recursos naturais, a evolução tecnológica, a energia, a educação, a saúde ou a alimentação, o capitalismo conquista um poder desmesurado para o grande poder económico. Garantir um poder político que se submeta a esta lógica, que seja subserviente deste poder económico, para que a construção de quadros legais e de promoção de políticas gerais e setoriais auxiliem o seu domínio, é um propósito que o sistema capitalista trata de assegurar. Para o efeito, são usados, por exemplo, os órgãos de comunicação social de massas, numa grande maioria já detidos por grandes grupos económicos, que selecionam a mensagem, silenciam as vozes mais inconvenientes aos seus propósitos e, recorrentemente, moldam as notícias de forma a influenciar a perceção pública dos acontecimentos. O direito a uma informação isenta, garante de pluralidade e respeitadora dos profissionais do jornalismo é determinante, como determinante é a existência de um poder político que não seja submisso aos grandes interesses económicos e que sirva os interesses dos povos e a boa gestão dos recursos naturais, numa lógica de desenvolvimento harmonioso e equilibrado, à dimensão da salvaguarda do Planeta em que vivemos.

A propaganda das guerras que são espoletadas, exímia em amputar partes da realidade e tantas vezes reproduzida e bastante mediatizada com títulos iguais em todo o mundo, tem como objetivo formar uma ideia na opinião pública que encubra os verdadeiros objetivos desses conflitos. Com efeito, a procura de influência e apropriação de recursos naturais em várias regiões do Planeta, tem levado a ingerências e guerras com o efetivo objetivo de detenção do domínio geopolítico das áreas mais ricas em recursos, expropriando povos inteiros das suas terras e sujeitando-os às condições mais desumanas e cruéis. Veja-se a hipocrisia de como os EUA, depois de terem financiado e disponibilizado armamento ao Daesh, desestabilizam a Síria, numa guerra arquitetada e financiada a partir do exterior. Foi também essa fúria de domínio que levou os EUA, com os seus aliados da NATO, a promover guerras como as do Iraque e da Líbia.

As atitudes hegemónicas e imperialistas por parte do Governo dos EUA revelam-se de forma extrema com a aceitação do reconhecimento de Jerusalém como capital do Estado de Israel, contra a grande maioria do Conselho das Nações Unidas e com as consequências nefastas para o povo palestino que essa posição está a tomar. Os Verdes não aceitam essa declaração unilateral e mantêm o seu total apoio ao Estado da Palestina, à defesa dos direitos do povo palestino, à coexistência pacífica dos dois Estados e ao respeito pelas resoluções das Nações Unidas, nomeadamente no que se refere às fronteiras entre ambos os Estados.

A NATO não constitui mais do que uma aliança belicista, cujos reais objetivos colidem em absoluto com o princípio da promoção da paz. Os Verdes defendem a abolição da NATO e consideram que Portugal não deve continuar a participar neste organismo que promove a guerra e a destruição de várias regiões do Planeta.

No quadro atual, o mundo está cada vez mais militarizado e violento, emergem inúmeros conflitos, a violência continua a destruir vidas e povos inteiros. Perante a ameaça de novas agressões, os princípios da Carta das Nações Unidas e o direito internacional estão sistematicamente a ser ignorados e a ser postos em causa. Os Verdes não podem aceitar esta situação e rejeitam qualquer instrumentalização da ONU.

É hora de travar orçamentos exorbitantes e crescentes para a guerra. É hora de travar a corrida ao armamento e de eliminar definitivamente as armas nucleares, que são uma enorme e grave ameaça sobre a humanidade, um potencial de morte e destruição generalizadas e de libertação de radiações que permanecem por gerações.

Estima-se que existam cerca de 15 mil ogivas nucleares no mundo. Torna-se cada vez mais urgente exigir o fim deste armamento, bem como o fim dos testes nucleares com vista à produção de armamento, porque só assim será possível assegurar que essas armas não serão usadas, bem como garantir a paz, a solidariedade entre os povos, a segurança e a própria sobrevivência de todas as formas de vida no Planeta.

A convergência de vontades na ação para um Mundo de paz deve ser uma prioridade e para tal, será fundamental que Portugal ratifique o Tratado de Proibição das Armas Nucleares promovido pela ONU, dando expressão à aspiração dos povos por um mundo livre de armas nucleares.

O compromisso dos Verdes é com uma nova realidade baseada em soluções pacíficas para a resolução de conflitos e num papel ativo na defesa da paz mundial, cumprindo os princípios da



Carta das Nações Unidas. Este deve ser também o compromisso assumido pelo Estado português, em consonância com os vários compromissos nacionais e internacionais que assumiu, bem como em integral respeito pela Constituição da República Portuguesa.

A fúria do capitalismo faz-se sentir na União Europeia em várias facetas bem vincadas, como o neoliberalismo e o militarismo.

Os portugueses vivenciaram essa realidade, designadamente com a intervenção da Troika em Portugal, com o total conluio do Governo, onde Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu aplicaram políticas de massacre social e da pequena economia, num processo que as instituições europeias teimavam em manter, com a inadmissível chantagem, já na presente legislatura, traduzida na ameaça de corte de fundos comunitários.

Velhas soluções que acabam por aprofundar problemas como os decorrentes da austeridade, com sérias repercussões nas desigualdades sociais e num quadro laboral muito frágil para os trabalhadores, ao mesmo tempo que são impostas políticas obsessivas com o défice, numa zona euro que privilegia as grandes economias, e numa União Europeia, em geral, que cria políticas comuns (como a agrícola) que tem liquidado a capacidade produtiva de países como Portugal para alargar o mercado das potências como a Alemanha e a França e fortalecer o domínio das grandes multinacionais. Tudo isto resultando num acelerado processo de perda de soberania e de capacidade de decisão por parte dos Estados-Membro, afastando os centros de decisão dos cidadãos e aumentando o défice democrático. Uma fúria capitalista bem expressa na adesão a tratados como o CETA ou o TTIP. Por outro lado, a União Europeia investe no militarismo, como acontece através do Mecanismo Europeu de Cooperação Estruturada Permanente, em complementaridade com a NATO, com vista à criação de um exército comum, que em nada serve os povos e retira soberania aos Estados.

É neste quadro que os povos de diversos Estados-Membro têm sentido um verdadeiro divórcio em relação às elites europeias, atestando a sua incapacidade (leia-se falta de vontade) de não promover, nem priorizar políticas sociais efetivamente eficazes. Não é por acaso que tantas vezes, povos de Estados da União Europeia quando foram chamados a pronunciar-se sobre o processo de construção europeia, através de referendo, disseram «não», como aconteceu em França, na Irlanda ou na Holanda, tendo estes povos depois sido sujeitos a sérias ameaças que levaram à repetição da realização dos referendos, até o resultado ser «sim»! Agora, o caso do Reino Unido representa uma clara consequência da contestação dos povos às políticas europeias,

tendo decidido, em referendo, a sua saída da União Europeia. Estão, entretanto, a decorrer as negociações relativas ao *Brexit*, com uma enorme chantagem por parte das instituições europeias.

A União Europeia tem, também, promovido uma política profundamente desumana no que aos refugiados diz respeito. Trata-se de pessoas, de famílias, de crianças, de mulheres e de homens que arriscam a vida a lutar pela sua sobrevivência, que abandonam o seu país devido a guerras, a situações de verdadeiradestabilização e insegurança, com a mão dos EUA e o apoio da União Europeia, como nos casos do Afeganistão, da Líbia ou da Síria, entre outros. A situação é de tal modo dramática que o mar Mediterrânico já foi designado como o «mar da morte».

Desde o acordo da UE com a Turquia, até às mais recentes expressas recusas, por parte de Itália e de Malta, de acolherem refugiados, está no terreno a União Europeia fortaleza, que barra a entrada de migrantes, promove a militarização e a repressão e contribui, de forma vergonhosa, para o crescimento do racismo, da xenofobia, da intolerância e da expansão da extrema-direita. É uma situação bastante preocupante, que não pode deixar nenhum democrata indiferente.

É fundamental uma reforma da política de migração, baseada no respeito pelos direitos humanos, na solidariedade, no combate às causas da imigração em massa e no respeito pela independência dos povos.

Os Verdes alertam também para o facto de as alterações climáticas constituírem um risco de formação de um elevado número de refugiados e de migração de populações, tendo em conta os efeitos devastadores previsíveis para as sociedades humanas (assim como no que respeita à sobrevivência de outras formas de vida) com efeitos cada vez mais visíveis e catastróficos, revelados através de extremos climáticos, como secas prolongadas, enxurradas, e também através de efeitos como a desertificação de solos, a elevação dos níveis do mar ou o crescimento do risco de doenças. A mitigação das alterações climáticas, estabelecida pelo Acordo de Paris, requer ações e investimento por parte dos Estados no sentido de diminuir a emissão de gases com efeito de estufa, mas requerem-se também medidas de adaptação ao fenómeno já em revelação. É nesse sentido que os Verdes denunciam a atitude do maior emissor *per capita* de gases com efeito de estufa, os EUA, que se desvincularam do Acordo de Paris e, assim, contribuem para acentuar um problema global.



b) Contexto nacional

Em Portugal, o 25 de abril de 1974 abriu as portas a um país onde o povo, oprimido por 48 anos de ditadura fascista, tinha finalmente a oportunidade de viver em democracia, construir um plano de igualdade de oportunidades real e usufruir de direitos fundamentais básicos, de liberdades e de garantias individuais e coletivas – valores que foram traduzidos na Constituição da República Portuguesa de 1976.

A verdade, porém, é que sucessivos Governos do PS, PSD e muitas vezes com a participação do CDS, foram, ao longo dos anos, subvertendo muitos desses valores de abril e tomaram como prioridade política o enraizamento do capitalismo, promovendo uma submissão do poder político ao poder económico, e até mesmo a promiscuidade entre os dois. A privatização de setores fundamentais ao desenvolvimento do país, que deixaram de estar sob o controlo do Estado para passarem para o jugo privado (como na área da energia, dos transportes ou das comunicações), assim como as benesses e apoios dados pelo Estado aos privados (em detrimento do setor público) para mergulharem em áreas bastante apetecíveis, por serem imprescindíveis, como a saúde ou a educação, são bem exemplo de como tantas vezes se sacrificaram os interesses e as necessidades das populações para dar lugar ao enriquecimento de grandes grupos económicos.

Simultaneamente, as opções de investimento público não foram para a melhoria progressiva de áreas fulcrais como a educação, a saúde, o ambiente, a mobilidade ou a justiça, mas sim para obras megalómanas, onde se encaixam os inúmeros quilómetros e quilómetros de autoestradas, e a betonização do país, enquanto se definhou a atividade produtiva, como a agricultura, onde se rendeu a floresta aos interesses económicos da pasta de papel, onde se encerraram quilómetros de linhas ferroviárias, e conseqüentemente, onde se despovoou um interior cada vez mais anulado pelo poder político.

Enquanto isso, a pressão sobre o litoral foi sendo cada vez mais intensa, a construção na nossa costa proliferou, a produção de resíduos aumentou substancialmente, os carros inundaram as cidades quando a rede de transportes públicos não deu resposta às necessidades de mobilidade dos cidadãos, a incúria em relação a focos de poluição de recursos hídricos abundou, as áreas protegidas foram territórios alargados aos apetites de interesses privados, afetados também pelos poucos recursos humanos e meios financeiros para a conservação da natureza e da biodiversidade.

Este caminho não era uma inevitabilidade, constituindo sim uma opção política clara dos partidos que se alternaram no poder (PS, PSD, CDS) e que nunca demonstraram ser alternativa política, porque as opções políticas foram sempre idênticas. Em bom rigor, deram sempre lugar apenas a uma alternância de partidos no poder. Para reservarem esse poder para si próprios inventaram o conceito de «arco da governação» onde, segundo eles, só estes três partidos cabiam, procurando convencer que as eleições legislativas serviam para eleger um primeiro-ministro e não o conjunto de deputados para a Assembleia da República (ideia, de resto, repetida até à exaustão pelos órgãos de comunicação social e por comentadores, com objetivos bem definidos – que os eleitores considerassem que só valia a pena votar ou escolher entre quem consideravam que poderia vir a ser primeiro-ministro).

A situação política que se vive hoje em Portugal veio demonstrar claramente a importância de os eleitores votarem nas eleições legislativas com a consciência de que estão, efetivamente, a eleger 230 deputados para o Parlamento e que a correlação de forças políticas que se estabelece na Assembleia da República, em resultado da escolha dos eleitores, é que é determinante. Nesse sentido, sempre afirmámos que quanto maior a força parlamentar dos partidos que constituem a CDU, mais determinantes seríamos sempre nas políticas a desenvolver no país.

Nas últimas eleições legislativas, em 2015, os eleitores retiraram a maioria parlamentar ao PSD e ao CDS e os partidos que se tinham comprometido com uma mudança de políticas ficaram, em conjunto, com a maioria dos assentos na Assembleia da República. Logo que conhecidos os resultados eleitorais, e em respeito pela palavra dos eleitores, foi na própria noite eleitoral que a CDU assumiu as suas responsabilidades e desafiou o PS a assumir também as suas. Não fora a determinação da CDU, em respeito pela opção dos cidadãos, e não se teria quebrado o ciclo de desastre económico e social que se tinha vivido nos quatro anos anteriores, de Governo PSD/CDS. A questão não estava, contudo, em aceitar um Governo do PS que gerasse a alternância do costume, mas sim em exigir que o próximo Governo fosse capaz de romper com a lógica de empobrecimento que estava a ser imposta ao país.

Os cortes salariais, os cortes nas pensões, os cortes nos apoios sociais, o enorme aumento de impostos para os cidadãos são exemplos da brutalidade das políticas do anterior Governo PSD/CDS que geraram mais pobres e mais fragilidades económicas e sociais. Paralelamente, a privatização de empresas fundamentais (como a EDP ou os CTT), a quebra a pique de investimento público em áreas fulcrais, e o definhamento das pequenas atividades económicas, geraram um país mais dependente, levaram inúmeros cidadãos a emigrar, aumentaram imenso os



níveis de desemprego, levaram ao encerramento de milhares de micro, pequenas e médias empresas. E que não se pense que estas opções políticas eram transitórias e que resultaram apenas do memorando que PS, PSD e CDS assinaram com a Troika. Em bom rigor, a pretexto da crise, estas opções encaixavam todas na lógica neoliberal dos partidos que formavam Governo, e o então Primeiro-Ministro deixou tudo bem claro quando afirmou perentoriamente que os portugueses tinham de se consciencializar que os salários não voltariam a ser os que tinham sido em 2011, ou quando, despedindo inúmeros professores, os convidou a emigrar em busca de emprego. Enquanto se dizia que o país não tinha dinheiro e se liquidava a capacidade de o país gerar riqueza, para injetar nos bancos nunca faltou dinheiro, nem para pagar os agiotas juros da dívida, recusando sempre a sua renegociação, nem se queixavam de falta de receitas quando se tratou de baixar significativamente os impostos para as grandes empresas. Entretanto, na área ambiental o desinvestimento público era notório, enquanto tudo era estudado e moldado para formar área de negócio para o setor privado (desde os resíduos, à gestão das áreas protegidas, à construção de barragens, até à entrega do setor da água a privados, que chegou a ser anunciada pelo então Ministro das Finanças, Vítor Gaspar).

Foi esta continuidade de políticas que os cidadãos rejeitaram nas eleições legislativas de 2015 e foi a criação de condições para quebrar este ciclo desastroso que a CDU assumiu em primeira linha e a dianteira.

Viabilizou-se, assim, um Governo minoritário do PS, que teria como obrigação reverter um conjunto de medidas tomadas pelo Governo PSD/CDS, mormente no que respeita à devolução de rendimentos às famílias, à garantia de direitos aos cidadãos e à necessidade de investimento público, tudo com impacto real positivo na economia do país e na atividade produtiva. PEV, PCP e BE assinaram, bilateralmente, com o PS, três posições conjuntas que, não fechando o âmbito dos entendimentos possíveis, determinava alguns mínimos a cumprir, onde era possível uma convergência sobre questões urgentes e imediatas que dessem resposta aos problemas mais emergentes do país. A posição conjunta assinada entre o PEV e o PS, para além de um conjunto de medidas que constam também das demais posições conjuntas, acrescentou uma série de compromissos importantes, na área da conservação da natureza, da floresta, dos recursos hídricos, da energia, dos transportes, em particular da ferrovia, entre outras determinações como, por exemplo, a rejeição da diminuição das contribuições para a segurança social por parte das entidades patronais, ou a rejeição de qualquer privatização.

A14ª Convenção do Partido Ecologista Os Verdes realiza-se três anos após as últimas eleições legislativas, no momento em que decorrem as negociações para o próximo Orçamento do Estado, e no último ano da legislatura que está a decorrer. Impõe-se, assim, fazer uma avaliação das soluções encontradas, no quadro da atual situação parlamentar e governativa.

Nesse sentido, os Verdes orgulham-se de terem proposto e de terem contribuído para viabilizar um conjunto de medidas fulcrais para repor o respeito, a dignidade e condições de vida às famílias portuguesas, designadamente com o fim dos cortes nos salários e nas pensões, com o aumento de valores de apoios sociais e de pensões de reforma, com o fim da sobretaxa de IRS, com o aumento da progressividade no IRS, com a reposição nos 13% da taxa do IVA na restauração e com o descongelamento da progressão nas carreiras da função pública. Esta melhoria do rendimento das famílias, tal como o PEV sempre afirmou, teria inegavelmente consequências no bem-estar dos cidadãos e também numa maior dinamização da economia, designadamente ao nível das micro, pequenas e médias empresas. Por seu turno, essa dinamização da economia interna traria frutos ao nível da criação de emprego e da diminuição progressiva dos insustentáveis níveis de desemprego. Foi, efetivamente, o que se veio a verificar.

Para além da reversão de políticas inaceitáveis de empobrecimento dos cidadãos, impostas pelo anterior Governo, os Verdes sempre consideraram que era preciso atuar em áreas onde se estavam a fomentar problemas estruturais no país e, por isso, deram o passo decisivo para que isso acontecesse, com grande insistência e perseverança junto do Governo. Por exemplo, ao nível da floresta era fundamental estancar o crescimento exponencial das extensas monoculturas de eucalipto, as quais têm impacto significativo ao nível da perda de biodiversidade e ao nível da propagação e da dimensão que os fogos florestais atingem. Gerar uma floresta mais resiliente ao drama dos incêndios florestais, bem como mais multifuncional e diversificada foi um dos grandes objetivos que os Verdes tiveram quando negociaram com o Governo a alteração ao regime de arborização e rearborização, aprovado pelo Governo PSD/CDS, com a responsabilidade direta da então Ministra da Agricultura, Assunção Cristas, e que havia ficado conhecido como a lei da liberalização dos eucaliptos.

Também ao nível da mobilidade, os Verdes insistiram junto do Governo PS para que se reforçasse o investimento na ferrovia e para que se tomasse este meio de transporte como estratégico e também como um efetivo contributo para a coesão territorial – a luta que o PEV travou para a reposição do transporte diário de passageiros na linha do Leste foi uma vitória para as populações, para as instituições e para as empresas da região. Os Verdes batalharam também



muito, junto do Governo, para que fosse instituído um desconto, sem condição de recursos, e, portanto, generalizado a todos os destinatários, do passe sub 23 e do passe 4-18, e também para que todos os contribuintes possam deduzir, em sede de IRS, a totalidade do valor do IVA gasto com a compra de passes sociais, de modo a incentivar a utilização do transporte coletivo, um desígnio determinante para que as cidades fiquem menos sobrecarregadas de automóveis e para contribuir para a diminuição de emissões de CO2.

Outra questão que ficará inegavelmente ligada à ação dos Verdes junto do Governo, foi a inversão que se fez ao nível da conservação da natureza, seja sob o aspeto do investimento público, seja sob o aspeto de mais meios humanos que têm vindo a ser reforçados desde o Orçamento do Estado para 2016, e que são recursos fundamentais para prevenir e combater a poluição e outras formas de agressão aos nossos recursos naturais e coletivos. Sempre dissemos que não se podem prestar bons serviços públicos sem recursos humanos adequados, e, por isso, o PEV tem feito uma efetiva pressão junto do Governo para se contratarem mais profissionais também nas escolas (designadamente auxiliares de ação educativa e assistentes técnicos) e nas unidades de saúde (designadamente médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico) estando os Verdes a dar grande prioridade ao objetivo de garantir médico de família para todos os utentes, bem como de generalizar o acesso à saúde oral a mais centros de saúde.

Há outras áreas onde o PEV também deu um contributo decisivo para alteração de paradigma, como o fim do abate de animais em centros de recolha animal, e outras áreas que foram introduzidas na agenda política pela mão dos Verdes e cujo acompanhamento temos feito, de modo a pressionar para a concretização da execução necessária, como a intervenção em edifícios públicos com amianto.

Estes exemplos são bem demonstrativos de opções políticas que foram tomadas por direta pressão e influência dos Verdes. E que não haja ilusões – se o PS tivesse uma maioria absoluta não teria tomado, nem aprovado uma boa parte das medidas que veio a aceitar. De resto, basta ver como muitas destas medidas foram «arrancadas a ferros», ou a forma como o PS tentou desrespeitar o que na posição conjunta assinada com os Verdes estava determinado, por exemplo em relação ao fim da sobretaxa do IRS ou ao impedimento de diminuir a TSU para as entidades patronais. O PEV manteve-se sempre, contudo, numa postura de seriedade e de integridade e também de perseverança.

Não deixa, contudo, depois de ser curiosa a forma como o Primeiro-Ministro e outros membros do Governo, exaltam a importância da aprovação de medidas propostas pelo PEV, e que, primeiro, de tudo argumentaram para não aceitar, e vêm reconhecer os efeitos positivos da sua aprovação. Que não haja ilusões – o PS sozinho não teria sido diferente do que foi o PS em muitas outras governações e não teria revertido muitas das decisões nefastas tomadas pelo anterior Governo e que vieram a ser revertidas por influência de uma correlação de forças no Parlamento que fez depender o Governo de uma convergência nalgumas questões centrais.

Não admira, assim, que ao longo desta legislatura o PS tenha vindo a demonstrar como se constitui, muitas vezes, um travão a medidas necessárias ao desenvolvimento do país. Veja-se a sua recusa em aceitar as propostas dos Verdes relativamente, por exemplo, à fixação das 35 horas de trabalho alargada ao setor privado, ou a uma política fiscal incentivadora de investimentos domésticos em poupança energética, de modo a tornar o parque habitacional mais eficiente do ponto de vista energético.

Muitas vezes, especialmente no que concerne a investimento público, como exigimos na área da cultura, o grande argumento do Governo é a necessidade de cumprir a meta do défice. É, contudo, uma falácia – desde logo, este país já provou a receita da obsessão com o défice, que nunca deu bom resultado, mas, por outro lado, o Governo, já por dois anos consecutivos, ultrapassa a própria meta que estabeleceu para o défice, retirando recursos financeiros importantes para o país – só em 2016 foram 1400 milhões de euros que se poderiam ter investido e em 2017 mais 800 milhões de euros. Ora, no exemplo que demos, na área da cultura, especialmente no apoio às artes, o que os agentes culturais e o PEV propunham ao nível de investimento eram 25 milhões de euros! Percebem-se, assim, algumas das más opções do Governo PS! Má opção do Governo é também a irredutibilidade que tem demonstrado em não contabilizar todo o tempo de serviço efetivamente prestado para a valorização e reposicionamento da carreira dos professores e de outras profissões que se encontram nas mesmas circunstâncias. O argumento da falta de dinheiro não colhe, quando se coloca o défice abaixo do previsto, quando se disponibiliza sempre dinheiro para a banca, quando se recusa o fim de certas parcerias público-privadas (com grandes encargos para o Estado e boas benesses para as empresas privadas), quando se disponibilizam mais recursos financeiros para a NATO, ou quando se insiste no pagamento de juros agiotas de uma dívida que urge renegociar.

Deve, neste quadro, ser denunciada também a forma como o Governo PS tem procurado recolher o apoio do PSD em matérias como a descentralização ou a alteração à legislação laboral. É o PS



a mostrar uma parte da sua essência de desresponsabilização do Estado, por um lado, e, por outro lado, de reforço da posição das entidades patronais em relação aos trabalhadores. Esta procura de apoio à direita é, na perspetiva dos Verdes, inaceitável e merece o nosso maior repúdio.

Em suma: se é verdade que nesta legislatura se têm conseguido ganhos significativos para os cidadãos e para o país, porque o PS foi puxado pela esquerda, também é de realçar que o PS sozinho não teria permitido muitas dessas conquistas, e também é verdade que o PS não consegue deixar de deambular e de, de uma forma ou de outra, acabar sempre por negociar algumas estratégias com a direita.

II - UM COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

a) Água e recursos hídricos

A água é, nada mais, nada menos, do que um suporte da existência de vida no Planeta. A água é imprescindível à vida, fulcral para a estabilidade dos ecossistemas e necessária às mais diversas atividades económicas, como a agricultura ou a indústria.

Essa imprescindibilidade, bem como o reconhecimento da inaceitável inacessibilidade de um conjunto vasto de população à água potável, levou a ONU a reconhecer a água como um direito, declarando que «todos os povos, seja qual for o seu estágio de desenvolvimento e as suas condições sociais e económicas, têm direito a ter acesso a água potável em quantidade e qualidade igual às suas necessidades básicas». Mais tarde, uma resolução das Nações Unidas veio reconhecer o direito à água e ao saneamento como fatores essenciais para a concretização de todos os direitos humanos.

Por ser um pilar estruturante do desenvolvimento (representando mesmo um domínio de soberania de um Estado) e do qual não se pode prescindir, o setor privado, em particular os grandes grupos económicos, têm, pelo mundo, procurado conquistar a apropriação e a gestão da água. Nesta lógica capitalista, de que tudo é apropriável pelo setor privado, em Portugal, particularmente desde os anos 90 com os Governos de Cavaco Silva, construiu-se um quadro legal que foi abrindo portas à entrega aos privados do setor da água, designadamente através do incentivo à concessão da gestão dos sistemas criados a empresas privadas, que se verificou nalguns deles. Quer pelo mundo, quer em Portugal, estas foram experiências negativas, que revelaram de imediato a fúria das empresas na obtenção de lucros, encareceram substancialmente o preço da água para as populações, e comportaram encargos bastante avultados para o Estado e autarquias, sem correspondentes investimentos necessários nos sistemas, que continuam a apresentar níveis de perdas bastante avultados.

Os Verdes opõem-se firmemente à entrega do setor da água à lógica privada, e reafirmamos que a água é um direito, não é uma mercadoria. Nesse sentido, só a gestão pública da água garante o respeito por esse princípio. Não obstante esta evidência, o anterior Governo PSD/CDS chegou mesmo a anunciar a privatização da *holding* Águas de Portugal e, à total revelia das autarquias, concentrou em apenas cinco sistemas o abastecimento da água em alta, de modo a torná-los mais apetecíveis e rentáveis para futura entrega aos privados. Para estancar essa sede, na presente



legislatura o PEV conseguiu fazer aprovar uma proposta que estabeleceu na Lei Quadro da Água o impedimento da privatização e do princípio da exploração e da gestão pública da água. Para além disso, o PEV exigiu do atual Governo PS a reversão da concentração dos sistemas de abastecimento e saneamento imposto pelo anterior Governo.

A escassez de água doce, que pode agravar-se com o fenómeno das alterações climáticas, impõem-nos a responsabilidade coletiva e política de poupança da água. Exigir aos poderes públicos que apliquem medidas e invistam na observância do Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água é uma responsabilidade de todos. A verdade é que não tem sido dada qualquer prioridade à aplicação do referido plano e tardam os investimentos necessários à reutilização da água de ETAR e ao aproveitamento das águas pluviais. É inadmissível que, em pleno século XXI, certos usos de água (que poderiam ser satisfeitos com água reaproveitada), como a rega de jardins ou limpeza de áreas públicas, continuem a ser feitos com água potável da rede de abastecimento.

A preservação da qualidade dos nossos recursos hídricos é também uma das prioridades de intervenção dos Verdes. O que se tem passado com a poluição do Tejo (onde se tem assistido à destruição do ecossistema, à morte massiva de peixes e outras espécies, e à destruição dos ecossistemas naturais) é bem revelador do estado em que estamos nesta matéria. As fontes poluidoras estão identificadas – designadamente indústrias (com grande responsabilidade das celuloses, mormente da Celtejo), inúmeras suiniculturas, e também ETAR que não funcionam nas devidas condições, para já não falar da carga poluidora adveniente dos afluentes do Tejo e também aquela que é «importada» de Espanha. Porém, tardam as medidas e os investimentos que gerem condições para que o rio Tejo não seja recorrentemente transformado num cano de esgoto, prejudicando as economias locais e as pequenas atividades que dependem desse rio, como a pesca, desportos náuticos ou atividades turísticas, balneares e de lazer.

A sustentabilidade dos nossos recursos hídricos depende também da garantia de caudais ecológicos, que permitam a vida dos rios e a estabilidade do ecossistema. Particularmente em tempos de seca, assegurar os caudais ecológicos das bacias hidrográficas é um imperativo. Nesse sentido, o PEV tem reclamado a revisão da Convenção de Albufeira (Convenção de Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas), nomeadamente de modo a assegurar caudais mínimos diários.

Também os mares devem merecer uma atenção intensa por parte dos ecologistas. Representam uma imensidão de diversidade biológica e são igualmente uma fonte de alimentos muito

relevante, disponibilizam recursos para a criação de medicamentos, permitem a produção de energia, e o desenvolvimento de atividades portuárias ou de desportos marítimos, só para dar alguns exemplos. A área marítima de Portugal é cerca de 18 vezes superior ao território emerso e a nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE) representa 36% de todas as dos Estados juntos da União Europeia.

Portugal é um dos países onde há maior hábito de consumo de peixe – somos os que consumimos mais pescado na União Europeia e os terceiros ao nível mundial. O PEV valoriza a atividade piscatória não intensiva e não arrasadora dos recursos, defende apoios públicos e investimento na pesca artesanal, como atividade económica, cultural e identitária a valorizar, de modo a promover melhores condições de vida para os pescadores, cujo empobrecimento tem sido ditado pela falta de ajudas públicas e pela orientação da Política Comum de Pesca.

A poluição dos mares, representando necessariamente um risco para as atividades económicas já referidas, também afeta os vastos ecossistemas marinhos, com consequências para os restantes ecossistemas e para a saúde pública.

Um dos mais graves problemas de poluição dos mares prende-se com a contaminação decorrente da imensa quantidade de plásticos que vai parar ao mar. Estima-se mesmo que a meio do presente século, se tudo se mantiver ao ritmo atual, os mares contarão com uma maior presença de plástico do que de peixes. É uma realidade assustadora.

Uma vez lançados em meio livre, os plásticos, através da ação dos agentes ambientais, dividem-se em microplásticos (micropartículas com diâmetros inferiores a 5 mm), que entram na cadeia alimentar com consequências para muitas espécies, incluindo o ser humano. Para responder a este problema, o PEV apresentou já um pacote de iniciativas legislativas com propostas muito concretas para a redução dos plásticos e para evitar o seu lançamento em meio livre. É um drama que requer medidas urgentes de decisão e ação.

Para além disso, os navios que passam ao largo da nossa costa contendo hidrocarbonetos e outros materiais perigosos, devem merecer uma atenção particular, pelo risco de poluição que representam. Afastar a rota destes cargueiros da nossa costa constitui-se numa atitude responsável e preventiva que deve ser assumida. Garantir que o sistema de vigilância da nossa costa e as ações de fiscalização também funcionam devidamente é outra responsabilidade a empreender.



b) Biodiversidade e conservação da natureza

A diversidade biológica é determinante para a harmonia e o equilíbrio do Planeta, numa inter-relação de genes, espécies e ecossistemas, sendo, por isso, fundamental quebrar a lógica de perda de biodiversidade que se verifica ao longo de décadas e décadas. É da proteção da vida no Planeta que se trata.

Importa também salientar que, para além do seu valor intrínseco, a biodiversidade tem uma utilidade ímpar para as sociedades humanas. A proteção e a preservação da flora, da fauna, dos valores geológicos e dos ecossistemas, sejam eles naturais, seminaturais ou humanizados, são fundamentais, pois prestam serviços ambientais imprescindíveis às sociedades, com reflexos no bem-estar das populações, na defesa do território e na própria economia. Estes valores naturais são determinantes em questões vitais como o controlo, mitigação e combate às alterações climáticas, a regulação do ciclo da água e da qualidade do ar, a proteção dos solos, a influência em relação à prevenção e ao combate aos fogos florestais, entre tantas outras. Para além disso, importa não perder de vista que proporcionam a base para o desenvolvimento das atividades do setor primário, como a agricultura e as pescas. Estes valores devem ser assegurados às presentes gerações, numa lógica intrageracional, e também às gerações futuras, numa lógica intergeracional.

A verdade é que, ao longo dos anos, tem-se assistido a uma contínua perda de biodiversidade - segundo o mais recente relatório do Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF), mais de 60% da vida selvagem desapareceu entre 1970 e 2014, e cerca de 50% das espécies mundiais podem estar ameaçadas devido às alterações climáticas. Tem-se assistido, também, a uma degradação das áreas protegidas e dos *habitats* nelas contidos, demonstrando a ineficácia de alguns planos e programas de conservação da Natureza.

Para além disso, não se tem levado a cabo uma monitorização regular e abrangente do estado dos *habitats* e das espécies, até mesmo na rede nacional de áreas protegidas e da sua interação com as Reservas Ecológica e Agrícola Nacionais. Ora essa monitorização é determinante para perceber o estado da situação, bem como a eficácia das medidas implementadas. Mas, mais: é importante ter em conta que a conservação da natureza e da biodiversidade não se cinge às áreas classificadas e que deve garantir extensão a outros espaços, para garantia de um *continuum* verde, não descurando igualmente a valorização da biodiversidade em espaço urbano.

Simultaneamente, não tem havido um investimento na recuperação e na conservação de *habitats* prioritários para a proteção de espécies da flora e fauna em perigo, incluindo várias zonas

húmidas e charcos temporários mediterrânicos, extremamente sensíveis, sendo que estes estão a desaparecer a um ritmo muito preocupante. Seria para isso fundamental concretizar um quadro de referência de projetos prioritários em matéria de Conservação da Natureza e Biodiversidade, planificar a ação do Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta (ICNF) para a concretização da estratégia nacional (ENCNB) e contrariar a tendência de crónico subfinanciamento do orçamento afeto à Conservação da Natureza.

Portugal tem uma rica diversidade de flora e fauna devido às circunstâncias climáticas, geológicas e biogeográficas, mas muitas opções urbanísticas e atividades humanas exercem pressão sobre a biodiversidade e provocam a sua perda.

Cerca de 22% do território português está classificado com um estatuto de proteção, no âmbito do sistema nacional de áreas classificadas, seja da rede nacional de áreas protegidas, seja da rede natura 2000, dos sítios Ramsar ou de reservas da biosfera. Especificamente da Rede Nacional de Áreas Protegidas fazem parte cerca de 45 parques, reservas, paisagens ou monumentos naturais. Os Verdes defendem a gestão pública das áreas protegidas assegurada pela administração central e o regresso da figura de diretor, enquadrado num órgão coletivo, em cada uma das áreas protegidas, nomeado no quadro do ICNF. A biodiversidade e os valores naturais são património de todos e devem ter uma gestão estratégica assegurada pela Administração Central.

A classificação de certas áreas decorre dos valores ecológicos, sociais e científicos que incorporam, daí que os seus recursos naturais devam ser geridos de forma a evitar a sua degradação. Infelizmente não é raro encontrarmos, por exemplo, opções urbanísticas que contrariam esse estatuto de proteção.

Mas, para além da expansão urbana, também o uso intensivo dos solos, a gestão intensiva de florestas, a disseminação de espécies exóticas invasoras, a poluição industrial e de outras origens e os crescentes impactos das alterações climáticas são parte responsável pela degradação de ecossistemas e *habitats*, o fim de espécies e a perda de equilíbrios naturais.

Os Verdes têm alertado bastante para a sucessiva tomada de medidas e decisões que contrariam os objetivos de preservação da biodiversidade e conservação da natureza, quando a título de exemplo, se cometem crimes ambientais como a construção da barragem do Tua ou da barragem do Sabor (com impacto bastante reduzido na eletroprodução nacional, mas com impactos brutais na perda de biodiversidade e património natural), ou quando se tarda em tomar diligências



necessárias para erradicar a poluição do Tejo (rio que continua recorrentemente a ser vítima de descargas industriais ilegais e que não beneficia também da incúria relativamente aos seus afluentes), ou quando se aprovam planos de ordenamento de áreas protegidas que permitem que grandes interesses económicos concorram para a degradação das áreas e impedem as pequenas atividades locais, mais sustentáveis (veja-se os casos do plano de ordenamento do Parque Natural da Arrábida, tão diligente com a SECIL, ou do plano de ordenamento do parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina, tão diligente com a agricultura intensiva).

No que diz respeito à proteção de espécies, o PEV foi, por exemplo, autor de proposta, que resultou em legislação própria, de proteção do lobo-Ibérico. A perseguição e abate a esta espécie, bem como a destruição e fragmentação do seu *habitat*, nomeadamente devido a vias rodoviárias e outras infraestruturas e construções, gerou fragilidades à população de lobos ibéricos que levaram o PEV a agir. Esta legislação revelou-se de particular importância, pese embora algumas ameaças ainda se mantenham bem patententes.

O atropelamento de animais selvagens nas nossas vias rodoviárias é frequente, como aconteceu com um lince ibérico este ano, depois de ter sido devolvido ao meio natural. Mas outros grupos da fauna selvagem são fortemente afetados, como micromamíferos, aves, répteis e batráquios, que é uma realidade com impacto negativo quer para a biodiversidade, quer para a segurança dos condutores e ocupantes das viaturas que circulam nas nossas estradas. Esta realidade levou o PEV, pioneiramente, a apresentar uma proposta, no Parlamento, para elaboração de um programa de monitorização e minimização de atropelamento de fauna selvagem nas vias rodoviárias, que foi aprovada e esperamos que o Governo a tenha em conta a breve prazo.

Os Verdes dedicaram também uma atenção particular à raposa e ao saca-rabos, duas espécies de mamíferos de pequeno porte, da fauna selvagem portuguesa, relativamente comuns nas nossas paisagens e zonas rurais. Estas duas espécies não têm interesse gastronómico nem constituem, comprovadamente, perigo para a segurança, a saúde pública ou para os ecossistemas do nosso país e, por isso, o PEV foi o partido que introduziu na Assembleia da República uma proposta para a retirada destes mamíferos da lista das espécies cinegéticas. Esta proposta foi, contudo, chumbada no Parlamento.

Outras espécies ameaçadas devem merecer também a atenção dos Verdes nos próximos tempos, como, por exemplo, o caso da diminuição do número de abelhas, um pouco por toda a Europa e em Portugal, ora pela utilização inopinada e incorreta de pesticidas e herbicidas, ora pelo

impacto avassalador dos incêndios que têm vindo a grassar no nosso país e, ultimamente devido à presença de espécies exóticas de insetos invasores, como é o caso das vespas asiáticas ou vespas velutinas. Esta vespa é originária da Ásia Oriental e a sua presença já foi registada em Portugal. São vespas extremamente vorazes, mas, essencialmente, são carnívoras, predadoras de outros insetos, preferencialmente abelhas e outras vespas, com uma voracidade que popularmente se tornaram conhecidas como vespas assassinas. É urgente o estabelecimento de campanhas de deteção dos seus ninhos, antecipando a disseminação das futuras mestras instaladoras do ano seguinte. Este gravíssimo problema ambiental está a crescer de forma exponencial no nosso país e encaminha-se para ficar fora de controlo como acontece de momento em França e no norte de Espanha.

Para além das questões de biodiversidade e conservação da natureza, propriamente ditas, o PEV tem agido também, ao longo dos anos, em prol do bem-estar animal, quer propondo a redução progressiva, com vista à eliminação de animais para fins científicos; quer apresentando propostas concretas no que concerne ao transporte de animais vivos, designadamente procurando impedir os de longo curso e garantindo um conjunto de regras que impeçam o sofrimento, absolutamente desnecessário e atroz, de animais vivos; quer através do não apoio do Estado a espetáculos tauromáquicos; quer através do incentivo à construção e à modernização dos Centros de Recolha Oficial de animais (objetivo para o qual o PEV conseguiu no Orçamento do Estado para 2018 uma verba de 2 milhões de euros, a qual ainda não se encontra completamente investida); quer através da proibição de abate de animais saudáveis, e da aplicação dos processos de esterilização para controlo da população animal; quer propondo, também, uma política de fomento à adoção responsável de animais recolhidos.

c) Qualidade do ar e resíduos

A qualidade do ar é essencial para garantir bons níveis de saúde pública. A poluição atmosférica provoca doenças graves como cardiovasculares, respiratórias, oftalmológicas ou neurológicas. Fontes poluidoras como os transportes, unidades industriais ou os incêndios geram níveis preocupantes de lançamento de poluentes para a atmosfera. A Agência Europeia do Ambiente estima que, no ano de 2014, terão morrido mais de 6600 pessoas em Portugal, vítimas destes fenómenos de poluição.



Várias são as cidades no país que apresentam níveis de qualidade do ar pouco recomendáveis para o ser humano. Lisboa e Porto são exemplos flagrantes dessa realidade. O PEV considera que a aposta numa rede de transportes públicos é determinante para que estes índices de poluição sejam minimizados nestas áreas metropolitanas. Paralelamente é fundamental uma boa rede de monitorização da qualidade do ar e a prestação de informação diária às populações sobre os níveis, designadamente, de dióxido de azoto com que são confrontadas. O PEV considera que a prestação desta informação à população é também uma forma de responsabilização dos poderes públicos para a ação, na medida em que cidadãos mais informados e conhecedores são também mais exigentes de soluções eficazes.

O país tem também assistido, com alguma frequência, a surtos da doença dos legionários, provocados pela bactéria do género *Legionella*. Com o intuito de prevenir ao máximo estes surtos, os Verdes apresentaram propostas para obrigar e intensificar a verificação da presença de colónias de *Legionella*, em edifícios com sistemas de climatização.

Uma outra prioridade de intervenção dos Verdes respeita à inalação de partículas de amianto, quando falamos de edifícios que integram material contendo amianto nalgumas das suas estruturas. Trata-se de uma componente altamente cancerígena e o PEV tem colocado permanentemente na agenda política esta matéria, tendo feito aprovar uma lei que determinava a inventariação e intervenção em edifícios públicos contendo amianto e, já nesta legislatura, foi igualmente aprovado um projeto de lei dos Verdes que determinou intervenção em instalações e equipamentos de empresas que contivessem amianto. É um problema de saúde pública ao qual importa dar resposta.

Os resíduos de construção e demolição com amianto devem ter um cuidado particular de acondicionamento, tratamento e deposição e não devem ser confundidos com outros resíduos inertes de construção e demolição, pelo que é preciso licenciar os aterros para a receção deste tipo de resíduos.

Os diferentes fluxos de resíduos devem ter o destino mais adequado ao seu tratamento, tendo em conta as suas características e prevenindo a contaminação e solos, que persiste durante anos e anos. Deve ser objetivo central a diminuição de queima de resíduos (à qual o PEV sempre se opôs), sendo também necessário conduzir menos resíduos para aterro, de modo a prolongar o tempo de vida destes equipamentos. É, por isso, determinante olhar a política dos 3 «R» como a base de uma boa gestão de resíduos – Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

O PEV tem dado grande prioridade à ótica da redução de resíduos. Vivemos numa sociedade do consumismo fácil e muitas vezes descartável, que gera resíduos, designadamente de embalagens, em quantidades insustentáveis. A redução é um patamar que condicionará depois todos os restantes processos de destino e tratamento destes resíduos. Porém, incompreensivelmente, é um patamar ao qual o PERSU 2020 não dá a relevância devida. Com efeito, a prevenção de resíduos tem sido uma etapa bastante secundarizada nas políticas de gestão de resíduos. E quando são apresentadas medidas, por norma estão sustentadas na penalização do consumidor, indiciando, até, o princípio de que quem pode pagar tem carta livre para usar/poluir, e quem não pode pagar tem que se retrair. Será pertinente referir que este princípio não representa nem justiça ambiental (porque permite poluir, a troco de pagamento), nem justiça social (porque gere comportamentos em função da capacidade de pagamento). A garantia de melhores desempenhos ambientais pela sociedade não deve estar condicionada à insuficiência económica dos seus cidadãos, mas sim a uma consciencialização da importância de contribuir para o bem comum (e, portanto, também individual) e através daquilo que é colocado ao dispor dos cidadãos no mercado onde procedem aos seus atos de consumo.

Com efeito, constata-se que qualquer cidadão que regularmente se desloque a uma superfície comercial paga e transporta consigo, sem que o tenha solicitado, um conjunto significativo de embalagens que têm um fim imediato assim que os produtos são arrumados e guardados em casa: lixo! O consumidor não pode, de todo, rejeitar a embalagem, se precisa do produto, pura e simplesmente porque não consegue o produto sem a respetiva embalagem. Esta é-lhe, pois, imposta!

Este amontoado de embalagens, que têm como destino imediato o saco do lixo (desejavelmente selecionado e depositado corretamente), pode ser substancialmente reduzido, caso essas embalagens não tenham qualquer objetivo de conservação do produto em causa, mas apenas, como acontece muitas vezes, campanhas comerciais de promoção da atratividade do produto, ou técnicas comerciais que visam que o consumidor em vez de uma unidade de produto seja obrigado a adquirir mais unidades. Por isso, os Verdes propuseram a eliminação progressiva do mercado de embalagens completamente supérfluas, mas infelizmente PSD, CDS e PS rejeitam qualquer imposição de contributos para melhores padrões ambientais, num desígnio que é coletivo, aos grupos económicos.

Os Verdes salientam também que os circuitos curtos de comercialização, que aproximem o produtor do consumidor, beneficiam em muito a redução de resíduos de embalagens.



Relativamente à componente de reciclagem de resíduos, muitos cidadãos confrontam-se com um sentimento de inutilidade na separação e correta deposição de resíduos, na medida em que consideram que não são atingidos níveis de reciclagem úteis ou que os resíduos acabam depois todos em aterro ou na queima. Para proceder a uma correta informação aos cidadãos, o PEV também trabalhou no Parlamento para que se criasse um sistema de informação clara e concisa ao consumidor sobre o destino dado aos resíduos no sistema abarcado pela sua área de residência.

O PEV continuará a priorizar a componente de redução de resíduos, em particular no fluxo das embalagens.

d) Energia

Nas últimas duas décadas Portugal dependeu em cerca de 81% de recursos energéticos importados, principalmente petróleo, gás natural e carvão. Não só a importação destes recursos fósseis se traduz numa fragilidade e enorme despesa para o país, como também o seu transporte, refinação e combustão acarretam enormes problemas ambientais, tais como chuvas ácidas, emissão de partículas, alterações climáticas, contaminação do mar e das águas interiores, entre outros. O recurso a energia renovável, como a energia hídrica, solar (fotovoltaico e solar térmico), eólica, geotérmica, marinha e biomassa (especialmente resíduos) é imperativo para reduzir os impactes ambientais negativos referidos, para reduzir a nossa dependência energética e para dinamizar a economia nacional, estabelecendo polos de elevado valor acrescentado no desenvolvimento e implementação de tecnologias energéticas limpas e competitivas.

Apesar de nos últimos anos ter havido um aumento gradual da utilização de energias renováveis na geração de eletricidade (nomeadamente hídrica, eólica e solar fotovoltaico), há ainda um longo caminho a percorrer.

Para o PEV, a geração de eletricidade verdadeiramente limpa não deverá passar pela construção de novos aproveitamentos hidroelétricos, uma vez que estes são responsáveis por graves danos aos ecossistemas onde se inserem e emitem gases com efeito de estufa.

Deverá privilegiar-se a aposta em produção de eletricidade descentralizada e local de base renovável para autoconsumo, minimizando a utilização de linhas de muito alta tensão e reduzindo o seu impacto nas populações, minimizando as perdas nas redes de transmissão e

distribuição de eletricidade e aumentando a eficiência global do sistema elétrico. Neste âmbito, deverá apostar-se massivamente no solar fotovoltaico com armazenagem e no aproveitamento de resíduos orgânicos para geração de biogás. A produção de eletricidade centralizada, recorrendo por exemplo a energia eólica, solar de larga escala, geotérmica ou energia das ondas deverá complementar a geração local e não deverá haver lugar à geração de eletricidade recorrendo a recursos fósseis e ao nuclear. A luta pelo encerramento de centrais nucleares no mundo é um imperativo. Mantém-se viva, em Portugal, a exigência de encerramento da central nuclear de Almaraz, sob o justo lema «Fechar Almaraz e todas as demais».

Deverá, também, promover-se a geração de calor renovável recorrendo em larga escala ao recurso solar térmico para geração de águas quentes sanitárias e mesmo para geração de calor de baixa temperatura para a indústria. Deverá, ainda, incentivar-se a geração de calor renovável recorrendo a resíduos da indústria de transformação de madeiras, bem como resíduos da agricultura e florestais. O aproveitamento destes últimos permite, não só aumentar o contributo da energia renovável em Portugal, como também prevenir a catástrofe dos fogos florestais.

O consumo de energia para o setor dos transportes, onde a percentagem de recursos renováveis é de apenas 7,5% do consumo total do setor, não deverá ser tornado mais limpo através da incorporação de biocombustíveis ditos de primeira geração. Estes biocombustíveis são produzidos a partir de matérias-primas alimentares, muitas vezes cultivadas fora de Portugal, com graves danos para ecossistemas como a floresta Amazónica ou florestas tropicais da Indonésia. Em alternativa, deverá promover-se, acima de tudo, os transportes públicos, a mobilidade suave ou ativa (bicicleta e andar a pé) e partilhada e só depois o recurso a biocombustíveis de 2ª e 3ª geração (produzidos a partir de resíduos ou algas) ou a veículos elétricos (a baterias ou de pilhas de combustível).

Neste quadro, deverá ser liminarmente abandonada a hipótese de prospetar e explorar recursos fósseis em Portugal. Além dos danos ambientais, como a perda de ecossistemas, a extração destes recursos poderá trazer ao setor do turismo e das pescas prejuízos inoportáveis devido à ocorrência de acidentes e derrames. A exploração de recursos fósseis em Portugal não é um bom negócio nem para o planeta, nem para os Portugueses. Para chegar a cem por cento de energia renovável em 2040 a produção renovável tem de aumentar em média 1,4 twh/ano. Para alcançar esta nova produção temos de instalar 1000MW de nova potência renovável por ano.



É necessário que Portugal alcance a transição energética para a produção e consumo de energia proveniente apenas de fontes renováveis o quanto antes, mas nunca depois de 2050.

É necessário um Plano Nacional de Energia que tenha a visão de médio prazo de todo o sector energético, desde a produção até aos pontos de consumo.

Desta forma será possível prever a médio prazo os investimentos necessários para atingir a transição energética.

Por último e não menos importante, deverá investir-se acima de tudo na promoção da eficiência energética. A energia mais limpa é a energia que não é consumida. Existe em Portugal um enorme potencial para garantir a satisfação dos serviços energéticos (aquecimento, iluminação, força motora, mobilidade, etc.) consumindo menos energia final. Embora seja necessário melhorar a eficiência energética na indústria e nos transportes, os Verdes identificam também como prioritário o setor dos edifícios, que representa cerca de 30% do consumo energético em Portugal e onde há muito a fazer. Para tal, deverá garantir-se a reabilitação energética dos edifícios existentes implementando soluções de isolamento. Deverá ainda formar-se e capacitar-se os profissionais de arquitetura e de engenharia para que o desenho e construção de novos edifícios sejam energeticamente eficientes e utilizem princípios de arquitetura bioclimática. Deverá incentivar-se a utilização de equipamentos eficientes, como por exemplo bombas de calor (geotérmicas, ar-ar ou ar-água), entre outros. Portugal é um dos países da União Europeia com maior taxa de pobreza energética – a melhoria da eficiência energética dos nossos edifícios permite melhorar o conforto térmico dos seus ocupantes com o menor consumo energético associado.

e) Alterações climáticas

As alterações climáticas são um dos maiores desafios que a humanidade atualmente enfrenta. Todas as atividades humanas, em maior ou menor grau dependem de serviços de ecossistemas que se encontram gravemente ameaçados pelo aumento da temperatura e pela alteração dos padrões de clima que já se fazem sentir.

Os efeitos das alterações climáticas estão a fazer-se sentir um pouco por todo o mundo, com extremos climáticos a destruir vidas e localidades. Em Portugal, a seca severa e extrema que vivemos em 2017, com sérias consequências em diversas atividades económicas, também é um

prelúdio claro de como estamos a ser alvo das consequências de um mundo onde o clima está a mudar.

Os sucessivos relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas), desde os anos 90, já davam conta que as alterações climáticas poderiam vir a ter consequências muito sérias no século XXI e que era preciso adotar um conjunto de medidas, de âmbito nacional e regional, que responsabilizassem particularmente os países com maiores emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

Em Portugal foi feito um estudo – projeto SIAM – que apontou preocupações para diversos setores económicos e para o território nacional, relacionados com a mudança climática. Por exemplo, regiões como o Alentejo correm um risco de desertificação de solos bastante significativo e a subida dos níveis do mar ameaça o nosso litoral, bastante pressionado urbanisticamente e pela concentração de atividades e população.

O protocolo de Quioto foi o primeiro acordo internacional a ser estabelecido, depois da Convenção Quadro para as Alterações Climáticas. Porém, para além dos EUA (o maior emissor *per capita* de gases com efeito de estufa) ter ficado de fora, este protocolo apostou seriamente no mercado do carbono e na capacidade de os países e economias mais ricas poderem comprar certificados de emissão de GEE, promovendo a transferência de emissões e não a sua redução.

Depois de vários anos após o final do período de cumprimento do protocolo de Quioto, e depois do fracasso de várias conferências das partes (COP), foi, em dezembro de 2015 assinado o Acordo de Paris. Os EUA voltaram a desvincular-se deste acordo, alegando Donald Trump que era desvantajoso para a economia deste país. O objetivo do Acordo de Paris é limitar a subida da temperatura do Planeta abaixo dos 2°C relativamente à era pré-industrial e fazer um esforço para limitar essa subida a 1,5°C.

A pró-ação e a reação ao fenómeno das alterações climáticas implica duas vertentes de intervenção: medidas para mitigar a mudança do clima e medidas de adaptação aos efeitos das alterações climáticas.

Relativamente à adaptação, é fundamental fazer um levantamento das vulnerabilidades existentes, identificar a fragilidade de certas infraestruturas, e gerar um ordenamento do território e de atividades que permitam enfrentar com maior resiliência o aquecimento global, tendo em particular atenção o ordenamento florestal, a proteção das arribas e dunas, bem como a opção por



culturas menos intensivas e menos dependentes de água. É também determinante, tendo em conta a previsão de alastramento de doenças tropicais a outras zonas do globo (na Madeira a dengue já se tem manifestado com recorrência), que a população esteja dotada de conhecimento e informação e que os serviços de saúde se preparem para estes fenómenos.

Relativamente à mitigação, impõe-se reduzir a emissão de gases com efeito de estufa (em particular o CO₂ e o metano) e, para o efeito, Portugal precisa de se tornar progressivamente menos dependente dos combustíveis fósseis, optando, designadamente, por fontes de energia renováveis, apostando na eficiência energética, trilhando um caminho determinado para o encerramento das centrais de carvão a muito curto prazo, criando um sistema de transportes coletivos que responda às necessidades das populações, para que estas possam fazer a opção de utilização diária do automóvel particular, apostando num consumo alimentar mais sustentável e não tão dependente da carne proveniente das inúmeras pecuárias, apostando na utilização da produção local para as necessidades de consumo local, para evitar a enorme pegada ecológica do transporte diário de longo curso de alimentos.

A prevenção relativamente aos fogos florestais é igualmente uma medida fundamental a tomar, tendo em conta que estes incêndios representam o aumento brutal de CO₂.

Ora, neste esforço de nos tornarmos menos dependentes de combustíveis fósseis, não se compreende como é que o Governo permitiu a pesquisa de hidrocarbonetos, por parte do consórcio ENI/Galp, em regime offshore ao largo de Aljezur, no Algarve. Para além do risco que representa para os nossos mares, a nossa costa, as atividades económicas que aí são desenvolvidas, a permissão desta pesquisa vai em contraciclo com o objetivo de descarbonização que temos de assumir efetivamente com urgência. E que não pensem, os mais incautos, que, caso se descobrisse petróleo ao largo da nossa costa, essa matéria-prima seria do Estado, porque efetivamente ela seria das empresas exploradoras. O Governo, ainda por cima, decidiu permitir esta pesquisa sem a realização de uma Avaliação de Impacte Ambiental, o que os Verdes consideram aberrante e, por isso, apresentaram várias propostas para travar esta pesquisa de hidrocarbonetos ao largo de Aljezur. Fomos bem-sucedidos na pressão que fizemos sobre o Governo para anular os outros contratos que permitiam a pesquisa de hidrocarbonetos por praticamente toda a costa portuguesa e fomos bem-sucedidos no compromisso do Governo em não assinar mais nenhum contrato com vista à pesquisa de hidrocarbonetos. Porém, o Governo não prescindiu do contrato estabelecido com a ENI/Galp, com grave prejuízo para o país e a sua segurança ambiental, social e económica. Contudo, foi este consórcio a anunciar a desistência da

operação, devido à luta judicial das populações, o que prova que vale a pena lutar pelo direito ao ambiente.

É agora necessário cancelar as duas licenças de concessão para a exploração de hidrocarbonetos da Batalha e Pombal, com recurso ao *Fracking*.



III - UM COMPROMISSO COM O ORDENAMENTO E A COESÃO DO TERRITÓRIO

a) Assimetrias regionais

Os maiores desafios que estão colocados a Portugal, em termos de ordenamento do território, prendem-se com a boa gestão dos recursos naturais e do património ambiental e com o combate às assimetrias regionais.

As desigualdades territoriais num país tão pequeno como Portugal, que opõem o litoral ao interior, foram fomentadas por décadas de políticas de desinvestimentos significativos e definhamentos deliberados do interior do país, numa área correspondente a 2/3 do território.

Sempre que um Governo decidiu encerrar no interior do país uma escola, uma unidade de saúde, um posto da GNR, uma estação dos CTT ou uma repartição de finanças, uma linha ou um ramal ferroviário, entre outros serviços públicos, contribuiu diretamente para a perda de potencialidade de desenvolvimento daquele território. Contribuiu diretamente para que essas zonas desprovidas de serviços gerassem menos capacidade de atrair pessoas e empresas, formando-se um ciclo vicioso de esvaziamento do interior.

A promoção de uma política de destruição da atividade produtiva do país, com grande impacto no abandono da agricultura e da pastorícia por milhares de pequenos produtores, bem como o isolamento de certas regiões e localidades pela ausência de transportes que garantam a mobilidade necessária dos cidadãos e o escoamento dos produtos das empresas formaram também o conjunto de fatores que, entre outros, têm contribuído para o despovoamento do interior do país.

Podem-se criar sólidos planos, programas e leis do ordenamento do território, e programas de coesão territorial, mas uma coisa é certa: se não houver financiamento adequado e incentivos apropriados a uma política de combate às assimetrias regionais, a realidade prática não se alterará e manteremos o desperdício e o potencial de desenvolvimento de uma parte muito significativa do nosso território.

Foi justamente com essa preocupação que o PEV, logo no início da legislatura, e na formação da posição conjunta com o PS, exigiu que constasse o impedimento do Governo de encerrar serviços públicos de proximidade. O Estado deve contribuir para criar condições de fixação das populações, e não do oposto.

Sejamos realistas: um casal jovem, que pensa ter filhos ou que tem filhos pequenos, não se instala facilmente no interior do país em localidades que não têm unidade de saúde ou estabelecimentos de ensino, ou onde as crianças têm de viajar 20 ou 30 km por dia para frequentar a escola.

Nem uma jovem família permanece ou se instala no interior do país se não encontrar aí emprego. Por isso, os Verdes também já apresentaram propostas concretas na Assembleia da República (que ficaram consagradas em Orçamento do Estado, mas que devem ser reforçadas) para gerar benefícios fiscais, em sede de IRC, às micro, pequenas e médias empresas com atividade no interior do país, e também para eliminar as portagens das ex-SCUT, de modo a facilitar os encargos que estas empresas têm nas deslocações, mas também os cidadãos em geral, que se deslocam no e para o interior do país.

Uma outra vertente, para a qual o PEV tem insistentemente apresentado propostas, prende-se com a necessidade de ligar o país através de uma rede de transportes públicos adequada, em particular da rede ferroviária nacional, que permita o transporte regular de passageiros, tornando o país mais próximo.

Há uma trilogia (serviços públicos diversificados e de qualidade, criação de emprego e fomento da atividade produtiva sustentável, transportes regulares com condições de conforto e rapidez) que é uma chave essencial para criar condições de repovoar o nosso interior, de lhe gerar dinâmica e de inverter o ciclo galopante de envelhecimento dessas áreas do país.

Mas, há outra desigualdade territorial que não pode ser ignorada, que se prende com a insularidade das nossas regiões autónomas, que implica sobrecustos na produção e no consumo de muitos bens e serviços. Um exemplo claro prende-se com o custo das viagens aéreas, quantas vezes impeditivo da mobilidade das populações e violando, dessa forma, o princípio da continuidade territorial. Os Verdes têm também apresentado propostas que visam que se deixe de olhar exclusivamente para os interesses das companhias aéreas, para que se passe a olhar, com absoluta prioridade, pelos interesses das populações.

b) Floresta e agricultura

As florestas dão um contributo inestimável à vida e produzem grande diversidade de serviços de natureza ambiental, social e económica. Têm um papel diversificado e importante na regularização da qualidade do ar, no clima, na proteção de solos e recursos hídricos, no suporte e



expansão da biodiversidade. Para além disso, assumem uma vertente social e económica muito relevante, pela produção de madeiras, lenha, frutos, pastos, sendo também procurada para variadas atividades de lazer e de convívio.

Esta diversidade de funções da floresta tem sido, contudo, reduzida ao longo dos tempos, na medida em que sucessivos Governos do PSD, CDS e PS foram entregando os espaços florestais aos interesses das grandes indústrias, fundamentalmente das celulosas, o que se repercutiu na expansão bastante significativa das longas monoculturas de eucalipto. Os baixos preços na produção florestal diversificada tornaram os pequenos proprietários reféns das celulosas, para poder retirar um mínimo de rentabilidade.

O domínio absurdo das espécies de crescimento rápido, assim como as políticas que fomentaram o despovoamento do mundo rural, que foram destruindo a agricultura familiar, que acabaram com a pecuária não intensiva, que afastaram milhares de cidadãos das suas terras, que liquidaram um conjunto significativo de serviços públicos no mundo rural, que anularam meios humanos de vigilância dos espaços rurais e florestais, foram fatores decisivos para tornar a floresta portuguesa mais frágil e menos resiliente aos fogos florestais.

Os incêndios florestais de 2017 vieram expor, ao máximo e com inusitada brutalidade, a ausência de uma política de ordenamento florestal e de defesa do mundo rural. Os fogos de 2017 devastaram mais de 500 mil ha de área florestal e rural, deles resultaram 115 mortos, 320 feridos. Pessoas que perderam tudo o que tinham construído durante a vida, devastaram paisagens, significaram uma enorme perda de biodiversidade, designadamente ao nível da fauna, e representaram, ainda, o aumento explosivo de gases com efeito de estufa. Um verdadeiro drama!

Face a esta situação, o PEV continua a afirmar que os apoios e as ajudas à reconstrução de património e atividades são determinantes, e a verdade é que essa reconstrução integral, no que é possível reconstruir, ainda se encontra, um ano depois, por concluir, para além de que muitos pequenos agricultores e produtores receberam ajudas do Estado muitíssimo aquém daqueles que foram os seus prejuízos. Para além disso, o Governo exigiu que, em tempo recorde e com informação imprecisa, os pequenos proprietários limpassem as suas pequenas propriedades, sem qualquer apoio e permitindo que as empresas que procedem a essas limpezas de mato praticassem preços especulativos.

O PEV considera também que, se é verdade que é importante ter um dispositivo robusto de combate aos incêndios florestais, é determinante promover e investir numa política de prevenção que minimize substancialmente os efeitos dos fogos florestais.

Foi exatamente nesse sentido que, logo no início desta legislatura, cumprindo uma necessidade de longa data, os Verdes insistiram que na posição conjunta assinada entre o PEV e o PS constasse a tomada de medidas para estancar o crescimento das monoculturas e o domínio absoluto dos eucaliptos (o que impunha a alteração do regime de arborização e rearborização, da autoria de Assunção Cristas, enquanto ministra do anterior Governo PSD/CDS, que ficou conhecida como a lei da liberalização do eucalipto), assim como o apoio ao crescimento da área ocupada por espécies autóctones – é indispensável dar lugar a uma floresta mais diversificada, dando apoio ao cultivo, por exemplo, de sobreiros, azinheiras, carvalhos, castanheiros ou de nogueiras. É nesse sentido que os Verdes defendem que esses apoios devem prever a compensação dos pequenos produtores, que optem por cultivar essas espécies autóctones, pela menor rentabilidade que estas dão nos primeiros anos.

Só com uma política de defesa de uma floresta diversificada e de uso múltiplo, de valorização do desenvolvimento regional integrado, de criação de emprego, de garantia de mais e melhores serviços públicos, de incentivo à fixação de populações no interior, de apoio à agricultura familiar, é possível criar um mundo rural mais dinâmico, resistente e produtivo de forma sustentável.

O PEV considera também que os baldios, para além da reserva de bens públicos e comunitários, constituem um potencial de estímulo das economias locais, pelo que devem ser reforçadas as competências das Assembleias de Compartes.

A agricultura familiar continua a ser desprezada e desincentivada. Com efeito, os apoios públicos e comunitários são canalizados na sua esmagadora maioria para as unidades do grande agronegócio – 20% dos agricultores recebem 80% de todas as ajudas diretas e os apoios continuam a estar desligados da produção. É neste sentido que se pode, efetivamente, afirmar que a PAC é inimiga da agricultura familiar, com consequências sociais e ambientais muito graves, porque retira rendimento aos agricultores e aposta determinantemente na produção intensiva. As lógicas de apoios têm de se alterar substancialmente ligando os apoios à produção, garantindo mais justos rendimentos para os produtores e privilegiando os modelos de produção mais sustentáveis.



A agricultura super intensiva tem implicações ambientais muito significativas, nos gastos de água, no esgotamento de solos, na liquidação de biodiversidade. Por outro lado, é um modelo agrícola que não garante nem segurança alimentar, nem eficácia no combate ao desperdício alimentar na fase de produção.

Em Portugal estamos, por exemplo, a confrontar-nos com a expansão do olival intensivo e super intensivo, em especial na região do Alentejo, que ocupa já mais de 360 mil ha de solo, enquanto diminui substancialmente o investimento no olival tradicional de sequeiro.

A agricultura familiar confronta-se, também, com o domínio nacional do comércio de bens alimentares por parte das grandes distribuidoras, os grupos que detêm os hipermercados, que destroem os pequenos produtores com os baixos preços pagos e, simultaneamente, exploram os consumidores com preços especulativos. Para além disso, muitas vezes importam produtos desnecessariamente. Estes fatores dificultam o escoamento de produtos alimentares por parte dos pequenos produtores.

Este problema implica uma verdadeira aposta nos circuitos curtos de comercialização, que aproximem os consumidores dos produtores, gerando um comércio de bens agroalimentares mais justo e de proximidade. Para além disso, o PEV tem insistido na responsabilidade de o Estado optar também por produtos alimentares de origem local, por exemplo, através da garantia de opção por esses produtos nas cantinas públicas.

De resto, a comercialização de proximidade e de circuito curto, de produtos alimentares, é aquela que mais contribui para o combate ao desperdício de alimentos, entendido como a inutilização de alimentos em quantidade e em qualidade, e que existe nas diversas fases da cadeia alimentar (desde a produção, ao transporte, ao armazenamento, ao embalamento, à distribuição, ao consumo). É uma matéria que o PEV introduziu na agenda política nacional, tendo em conta os seus graves impactos ambientais e sociais. Em 2017, foi publicado o plano e a estratégia nacional de combate ao desperdício, o qual requer agora meios e recursos de implementação.

Contraditoriamente com esta lógica defendida pelo PEV, o domínio mundial das multinacionais do setor agroalimentar é assustador e é inteiramente defendido por um poder político totalmente subjugado à lógica capitalista. Os tratados internacionais, como o CETA e o TTIP protegem de uma tal maneira essas multinacionais, que penalizam mesmo os Estados que, mesmo por motivos de interesse público, ousem tomar medidas que façam com que aquelas percam lucro ou expectativas de lucro.

Exemplo desse domínio no setor agroalimentar são também as autorizações de cultivo e comercialização de organismos geneticamente modificados (OGM), que procuram fazer depender os agricultores das suas sementes transgênicas, com impactos ambientais já testados, designadamente ao nível da perda de biodiversidade, mas também com riscos para a saúde humana. Os cidadãos já demonstraram, em estudos realizados, uma grande desconfiança em relação aos alimentos transgênicos e preferem não os consumir.

A União Europeia não foi respeitadora da vontade dos cidadãos quando determinou que a informação ao consumidor em geral, e as normas de rotulagem em particular, não teriam que se suportar num esclarecimento cabal sobre a presença de transgênicos nos alimentos. A título exemplificativo, quando um alimento contém matéria transgênica em quantidade inferior a 0,9%, dispensa-se informação ao consumidor e em relação a produtos de origem animal, não se presta informação ao consumidor sobre se os animais foram alimentados com ração transgênica. A União Europeia preferiu salvaguardar os interesses das multinacionais do setor agroalimentar.

Há dois transgênicos autorizados e cultivados na União Europeia – o milho MON 810, da Monsanto, e a batata Amflora, da BASF, mas são muitos os transgênicos autorizados para importação, fundamentalmente dos EUA. Um conjunto de Estados-Membro invocaram a cláusula de salvaguarda prevista na legislação europeia, para impedir o cultivo de transgênicos no seu território, mas outros procedem a esse cultivo (como Portugal, tendo o PSD, PS e CDS sempre chumbado as propostas dos Verdes para não cultivo de OGM no território nacional).

Os Verdes continuarão a insistir na necessidade de Portugal se tornar livre da produção de transgênicos e, ao nível do comércio, não entendemos que não se proceda à informação cabal ao consumidor, na rotulagem, sobre a presença de transgênicos nos alimentos.

De referir, ainda, que o cultivo de OGM, que se faz em campo aberto, constitui um risco de contaminação efetiva de culturas convencionais e das biológicas.

A agricultura biológica constitui um pilar importante para a garantia de segurança alimentar, mas para transformar o sistema alimentar dominante é preciso ir mais longe e valorizar as práticas agroecológicas.

A agroecologia caracteriza-se, fundamentalmente, pela gestão de modelos agrícolas com boas práticas ambientais e sociais. Respeita a regeneração dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, preserva a biodiversidade, aproveita os restos e os subprodutos de origem vegetal e



animal, restitui ao máximo os nutrientes à terra, não recorre a fertilizantes químicos, mas sim a produtos orgânicos, garante o bem-estar animal. Em suma, promove uma produção alimentar limpa, saudável e natural.

A estas dimensões a agroecologia acrescenta uma forte componente social, de respeito pelos pequenos agricultores e em busca de soberania alimentar, aliando as dimensões ambiental, social, cultural, económica e política, pugnando por modelos socialmente justos, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis.

No sentido de garantir soberania alimentar, dinamização do mundo rural, crescimento da atividade produtiva sustentável, qualidade dos alimentos consumidos e diminuição da pegada ecológica, é preciso gerar futuro à agricultura familiar e à agroecologia, sendo que o rejuvenescimento desta atividade deve ser garantido através do apoio aos jovens agricultores, na sua instalação e nos primeiros anos de atividade, designadamente financeiro e técnico.

c) Ecoturismo

O turismo é uma atividade económica relevante tanto ao nível nacional como internacional e dela podem resultar benefícios sociais e económicos com impacto local e nacional.

O turismo em Portugal tem crescido nos últimos anos a um ritmo bastante significativo, mas importa que nos questionemos sobre que tipo de turismo se está a construir.

A verdade é que o crescimento turístico, não raras vezes, representa uma destruição dos ecossistemas ambientais, sociais e culturais das localidades. Veja-se o que representam muitos empreendimentos turísticos, promotores do turismo de massas, quantas vezes construídos numa verdadeira lógica de desordenamento do território, quantas vezes construídos em franca oposição à preservação de valores ambientais e gerando uma maior vulnerabilidade do território, pressionando a nossa costa, destruindo sistemas dunares, promovendo a erosão costeira, destruindo *habitats* sensíveis. A massificação turística comporta também, a título de exemplo, impactos sobre os sistemas de tratamentos de águas residuais, a produção de resíduos, um elevado consumo de energia.

As cidades, sobretudo as de maior dimensão, começam também a descaracterizar-se pelo fluxo turístico, num processo de gentrificação que promove a expulsão dos moradores locais para a

periferia e a invasão dos espaços por estabelecimentos de hotelaria e restauração. As cidades perdem residentes e inundam-se de estabelecimentos hoteleiros e alojamento local. Este demonstra ser um processo onde as cidades começam a perder identidade.

É, pelo que ficou referido, importante planear e determinar que não se perca de vista um sistema de capitação e de respeito pela capacidade de carga dos locais, que garanta a sustentabilidade local e regional do turismo. Os Verdes consideram fundamental um processo de ordenamento turístico do território, tanto em meio urbano como em meio rural.

O turismo em Portugal tem, por outro lado, uma característica de sazonalidade bastante marcada, uma vez que a maior parte da oferta está ligada à praia e à preferência por épocas onde as condições meteorológicas sejam favoráveis. Com esta característica, não é de estranhar que 73% das dormidas do país se concentrem sobretudo no Algarve, na Madeira e na Área Metropolitana de Lisboa. Especificamente no continente, 90,3% das dormidas concentram-se no litoral, o que é um indicador muito claro de uma falta de diversidade de oferta turística, e das assimetrias regionais inerentes a esta atividade.

O turismo sustentável é a resposta à necessidade de travar o turismo de massas, de modo a permitir a conciliação de objetivos económicos com a preservação dos recursos ambientais e com a valorização das potencialidades regionais, das economias locais e em interação com as populações locais.

É nesse sentido que o PEV defende o incentivo ao ecoturismo.

O ecoturismo implica necessariamente a manutenção da paisagem característica dos locais, bem como a preservação dos ecossistemas naturais básicos. Por outro lado, integra e interage com as populações locais, com a cultura própria das gentes locais e implica, igualmente, uma simbiose com outros setores económicos, promovendo também a sua dinamização, como o artesanato, a agricultura, a pesca artesanal, o comércio local, gerando aquilo a que se pode chamar de uma dinâmica económica local. É um modelo de turismo que preserva a identidade cultural dos locais, que os turistas tanto apreciam.

O ecoturismo tem um potencial grande de dinamização do interior do país, onde o contacto com a natureza pode ser bastante valorizado, e a realização de inúmeras atividades ligadas à natureza podem ser empreendidas, possibilitando a retirada de uma carga pesada de sazonalidade ao turismo.



Para a promoção, o incentivo e a criação de condições para o desenvolvimento do ecoturismo, há todo um conjunto de pressupostos que devem ser garantidos, designadamente (i) a preservação de património cultural e histórico; (ii) o combate e o controlo da poluição, de modo a que não se ofereça às populações locais e aos ecoturistas cenários tão desagradáveis como, por exemplo, os que infelizmente temos conhecido no rio Tejo; (iii) uma rede de transportes públicos sustentável, que facilite a mobilidade das populações e também dos ecoturistas; (iv) uma cultura de segurança que gere confiança nos locais, sendo bastante relevante uma atenção particular sobre a floresta e sobre a dimensão dos fogos florestais.

Para além disso, o ecoturismo pode ser potenciado através de redes nacionais e regionais de promoção e publicidade de centros e produtos de ecoturismo, sendo que os sistemas de certificação podem ter um papel relevante nesse aspeto. Relevante pode também ser o lançamento de programas específicos de apoio financeiro, e não só, aos micro, pequenos e médios operadores, incentivando escolhas ambientalmente sustentáveis, nomeadamente no que respeita à redução e bom encaminhamento de resíduos, ao uso eficiente da água e à eficiência energética.

d) Regionalização

Os Verdes defendem a criação de regiões administrativas para promover um desenvolvimento mais harmonioso do país. A regionalização constitui, desde logo, uma determinação constitucional e continua por concretizar, desde 1976.

Trata-se da criação de entidades intermédias entre o poder central e os municípios, cujos órgãos são eleitos pelas populações, e que a Constituição integra no Poder Local (constituído pelas freguesias, pelos municípios e pelas regiões administrativas).

A instituição das regiões administrativas é determinante para combater as gritantes desigualdades regionais no país, potenciando mais investimento para as zonas territoriais mais esquecidas e permitindo uma utilização mais racional de recursos financeiros, em múltiplas áreas, do que aquela que o poder central tem. É por isso que o processo de regionalização é um elemento de coesão e de unidade no país, que importa efetivar.

E convém referir que nem os processos de desconcentração de organismos do Estado substituem as regiões administrativas (porque são meros departamentos do poder central), nem se consegue

proceder a uma correta, justa e eficaz descentralização sem que a escala regional esteja preenchida (porque os municípios não têm dimensão para certas atribuições e competências). As regiões administrativas são, todavia, ainda uma lacuna que o PS, PSD e CDS não estão interessados em colmatar.

Essa falta de vontade, designadamente por parte do PS, manifesta-se, por exemplo, na proposta do Governo de revisão do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território que não tem uma palavra sobre a regionalização.

Por outro lado, o Governo PS estabeleceu um inaceitável acordo com o PSD sobre um processo de descentralização de competências para os municípios, que o PEV “vê com muito maus olhos”, na medida em que se revela profundamente preocupante e ignora totalmente a futura criação de regiões administrativas.

Revela-se profundamente preocupante porque procura desresponsabilizar o Estado de funções sociais tão relevantes como a saúde e a educação, e também dos apoios sociais, ou da própria gestão das áreas protegidas, passando responsabilidades fundamentais destes setores para os municípios, consagrando simultaneamente o não cumprimento da lei das finanças locais e a repartição desigual de recursos financeiros, proporcionando desigualdades territoriais nas respostas e condições prestadas.

Sob o pretexto da descentralização não se pode aceitar que se transfira um conjunto de encargos para as autarquias, que o Estado teima em não assumir à medida das necessidades, nem se pode permitir que deixe de ser programada e definida uma política nacional em setores centrais, garantindo a sua universalidade – não é tolerável que existam 308 políticas para a educação e outras tantas para a saúde.

Não sendo isso tolerável, também é preciso afirmar que os municípios não são órgãos de extensão do Poder Central, pelo que não é igualmente aceitável uma transferência de competências de mera execução, sem que a tomada de decisão seja uma componente das novas competências. Por outro lado, exigem-se condições financeiras adequadas, mas também se exigem condições de autonomia e de organização para o seu pleno exercício.

O que está efetivamente em causa é que existem determinadas áreas que não são transferíveis para os municípios, e não podem deixar de estar sob a tutela e a responsabilidade do Estado. E, em bom rigor, o que se está a estimular, com esta proposta de descentralização do Governo PS,



em acordo com o PSD, é a fragilização das funções sociais do Estado. É, portanto, uma proposta quemerece a total oposição dos Verdes.

O Governo PS faria melhor em garantir o financiamento adequado e o cumprimento da lei das finanças locais para que os municípios pudessem cumprir as competências que já têm hoje em mãos.

E o Governo PS faria melhor em desfazer a malfadada experiência de uma dita reforma administrativa empreendida pelo anterior Governo PSD/CDS, que se configurou como um simples e expedito processo de extinção de muitas das nossas freguesias, às quais aliás também se deve voltar a dar a palavra permitindo assim a reversão desse mesmo processo de extinção, reaproximando os órgãos do Poder Local das populações.

e) Centros urbanos

As zonas urbanas estão confrontadas com diversos desafios, entre os quais o PEV destaca as matérias de habitação, resistência sísmica, criação de corredores verdes e mobilidade.

Desde logo, as cidades sobrecarregaram-se de pessoas, à dimensão do esvaziamento das zonas rurais, que os sucessivos Governos fomentaram ao longo dos anos, e expandiram-se os espaços urbanos para as periferias das cidades.

Esse empurrão de pessoas para as periferias está, nos dias de hoje a acentuar-se, devido ao elevado preço das habitações nos centros das cidades, fazendo com que os edifícios destes centros percam moradores e sejam transformados em locais de alojamento de turistas, com a consequência de perda de identidade dos bairros das cidades. Ao longo dos últimos anos tornou-se quase impossível encontrar rendas que sejam adequadas ao salário da grande parte dos portugueses.

Com efeito, a especulação imobiliária é uma realidade que torna inacessível a habitação para a generalidade da população. Para esta situação muito contribuiu o regime jurídico do arrendamento urbano, que Assunção Cristas criou enquanto ministra do anterior Governo PSD/CDS, a tal ponto que ficou conhecida como a «lei dos despejos». Dela decorreu um brutal aumento das rendas e o despejo de milhares de famílias, das habitações onde viviam há anos, assim como o encerramento de inúmeras associações, pequenas empresas, comércio local, lojas históricas, algumas centenárias. Em média, foram sendo despejadas cinco famílias por dia, número bastante significativo. Por isso, o PEV propôs no Parlamento a revogação daquela lei dos despejos. Infelizmente, nesta legislatura, o PS só aceitou que a lei suspendesse

temporariamente os prazos de denúncia e oposição à renovação dos contratos de arrendamento, pelo senhorio, a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos ou com grau de incapacidade igual ou superior a 60% que residam há mais de 15 anos no locado. Foi uma ligeira melhoria, mas claramente insuficiente para estancar a sangria dos despejos. O PEV continua a defender uma revisão substancial deste regime jurídico, de modo a proteger os inquilinos e os moradores das cidades, e a defender também um regime de renda apoiada mais abrangente, com programas eficazes de recuperação dos fogos degradados e devolutos para que sejam colocados ao serviço das populações.

Outro desafio com que os grandes centros urbanos estão confrontados, em especial nas zonas de maior risco, é a necessidade de se criar maior resistência no edificado a uma possível atividade sísmica. Por exemplo, estima-se que, no caso de um sismo que abale a capital, muitas edificações poderiam vir a desabar, na medida em que a maior parte do edificado é bastante antigo e não cumpre quaisquer normas de resistência sísmica. É, por isso, fundamental que, no âmbito da reabilitação urbana, este aspeto da garantia de reforço da resistência sísmica do edificado seja contemplado e os Verdes já apresentaram proposta legislativa nesse sentido.

Por outro lado, os centros urbanos foram sendo construídos com base no betão e, assim, foram sendo constituídos como zonas de quebra de biodiversidade. A criação de zonas verdes naturalizadas - como os parques urbanos, bem como os canteiros, plantação de árvores (com preferência para as autóctones) ou as hortas urbanas - revela-se, portanto, uma opção importante do ponto de vista da possibilidade de crescimento da biodiversidade dentro dos espaços urbanos, formando corredores verdes que facilitam a passagem de espécies e permitem a acomodação de biodiversidade numa componente urbana. Os Verdes defendem que as cidades intensifiquem esses espaços verdes, tendo já apresentado em Lisboa uma proposta relativa à importância da generalização das coberturas verdes, ou dos telhados verdes, com impacto direto na expansão da biodiversidade, mas também no desempenho energético dos edifícios e, conseqüentemente, com uma função ecológica bastante relevante.

Um outro desafio que está colocado com grande intensidade nas zonas urbanas (mas não só) é a questão da garantia do direito à mobilidade, desde uma boa rede integrada de transportes públicos, passando pela necessidade de incentivo à mobilidade suave, até à urgente eliminação de barreiras arquitetónicas. Estas matérias estão, respetivamente, abordadas nesta moção no subcapítulo sobre qualidade do ar, transportes e no subcapítulo sobre igualdade e não discriminação.



IV - UM COMPROMISSO COM SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE

a) Serviço Nacional de Saúde

O direito à saúde, por parte dos cidadãos, está constitucionalmente consagrado como um dever e uma responsabilidade do Estado. Trata-se de um direito fundamental, cujo acesso não pode estar condicionado à condição económica dos cidadãos.

Nesse sentido, os Verdes defendem o fim das taxas moderadoras que não têm outra função que não a de desincentivar o recurso aos serviços públicos de saúde, por parte de quem deles precisa e, paralelamente, pôr os cidadãos a financiar um serviço que deve ser financiado através dos impostos que todos pagamos.

O Serviço Nacional de Saúde foi uma grande conquista de Abril e dos portugueses, e permitiu ao país atingir índices, por exemplo de taxa de mortalidade infantil e de esperança média de vida dignos de um país desenvolvido.

Porém, ao longo dos anos, sucessivos Governos têm agido com vista ao seu crónico subfinanciamento e com a intenção de privilegiar o setor privado, que vê na área da saúde um grande negócio. Com esse objetivo, foram encerrados inúmeros serviços públicos de saúde de proximidade e foram criados os modelos de hospitais empresa e as parcerias público-privadas, que trazem brutais encargos para o Estado e boas benesses para os grupos privados, e cujo fim o PEV defende. Por isso, os Verdes contestam a decisão do Ministério da Saúde de renovar por mais dois anos o contrato de gestão do hospital de Cascais – é um erro que sai caro aos portugueses. Muitos grupos privados que dominam a produção e a distribuição de produtos farmacêuticos e de equipamentos, bem como os grupos financeiros e respetivas seguradoras desejam a minimização do SNS e a proliferação dos seguros de saúde para recurso à medicina privada.

Há uma opção política a fazer: ou se continua a transferir mais de 5 mil milhões de euros por ano para o setor privado da saúde, respeitantes a parcerias público-privadas, regime convencionado, subsistemas públicos de saúde e medicamentos, ou se investe seriamente no SNS, proporcionando serviços de qualidade a todos os portugueses. Os Verdes defendem intransigentemente o reforço de financiamento do SNS e não entendem a medicina privada como substituta deste, mas sim como subsidiária.

Assim, é urgente, desde logo, apostar numa lógica de saúde preventiva, quer através da formação e educação dos cidadãos para a saúde, quer através da garantia de médico de família e de enfermeiro de saúde para todos os utentes do SNS. O PEV tem sido incansável, junto do Governo, para a contratação de mais médicos de família, de modo a cumprir o objetivo da universalidade, em todo o país, até ao final da legislatura. É necessário aumentar o número de vagas a concurso anual para médicos ao Internato de Especialidade, de vagas para a Especialidade de Medicina Geral e Familiar, com vista a minorar, e suprimir tendencialmente, o défice crónico de Médicos desta Especialidade nos quadros do SNS. São, igualmente, necessários mais médicos, mais enfermeiros, mais técnicos de diagnóstico, mais auxiliares de ação médica, mais assistentes técnicos – estes recursos humanos são determinantes para o funcionamento adequado do SNS.

Por outro lado, é determinante promover uma articulação efetiva entre os cuidados primários de saúde e os cuidados hospitalares. Essa articulação, bem como a dotação dos serviços de saúde com o número de profissionais necessários, é determinante para diminuir os tempos e as listas de espera, designadamente para cirurgias e consultas de especialidade. Fundamental é também assegurar que não é negado o acesso a medicamentos a disponibilizar pelos hospitais, de modo a não dificultar nem a interromper processos de tratamentos dos doentes.

A brutalidade da política de saúde do anterior Governo PSD/CDS teve efeitos arrasadores no SNS, que se fazem ainda hoje sentir fortemente: o estado das urgências hospitalares era mais do que caótico, muitos doentes oncológicos viram-se impedidos de acesso a tratamentos, negaram medicamento a doentes com hepatite C, aumentaram a pique as taxas moderadoras, encerraram unidades de saúde e acabaram com muitas valências em muitos estabelecimentos de saúde, privaram hospitais de material básico para funcionamento, isto dando apenas alguns exemplos. Sabendo que o impacto destas políticas, absolutamente nefastas, ainda se fazem sentir, o atual Governo não tem correspondido a uma inversão urgente destas medidas. Andar a passo de caracol num setor tão determinante e tão fragilizado pelas políticas dos anteriores Governos, requer uma ação mais determinada e o ponto chave é, sem dúvida, o aumento do investimento público do SNS, que o PEV exige para o Orçamento do Estado para 2019.

Os Verdes defendem a criação de condições, por parte do Estado, para a universalidade, gratuidade e equidade do acesso aos cuidados de saúde oral por parte da população. A saúde oral é parte integrante da saúde geral dos indivíduos e a maioria das doenças orais são evitáveis, desde que sejam disponibilizadas as necessárias medidas básicas de prevenção e tratamento. É,



assim, necessário que as experiências-piloto testadas em 2016 e 2017 sejam generalizadas, de modo a prosseguirmos, em Portugal, um caminho de existência de resposta no SNS de promoção, de prevenção e tratamento no âmbito da saúde oral. Urge implementar a criação de lugares de Médico Dentista/Estomatologista, nos cuidados primários de saúde.

A contratação de médicos oftalmologistas é igualmente uma prioridade de intervenção dos Verdes, bem como, tendo em conta, designadamente, os elevados níveis de obesidade no país (questão para a qual o PEV assume necessidade de intervir em várias vertentes, e quem tem traduzido em propostas concretas na Assembleia da República) de mais nutricionistas nos cuidados primários de saúde.

Também ao nível da saúde mental a componente preventiva é essencial, sendo importante valorizar o papel do médico de família e a especialidade da medicina psiquiátrica, e de outros profissionais especializados na saúde mental, fundamentais para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento dos doentes. Para além disso, é necessário alargar as respostas de cuidados continuados integrados para doentes com patologias mentais, e também com doenças raras e raríssimas. Muitas vezes a resposta cinge-se a IPSS e ao setor privado, dificultando o acesso de um número considerável de doentes. É também necessária uma maior celeridade para disponibilização, nos hospitais do SNS, de medicamentos fulcrais para a promoção da qualidade de vida de doentes com doenças raras, como o PEV propôs em concreto, no Parlamento, para os doentes com atrofia muscular espinhal.

O PEV defende o reforço dos cuidados continuados de saúde e também dos cuidados paliativos e reforça a ideia de que a sua proposta para despenalização da morte medicamente assistida, em circunstâncias muito precisas e restritas, não representa, de todo, qualquer desinvestimento nos cuidados paliativos.

Os cuidadores informais prestam cuidados a doentes crónicos e a pessoas dependentes, sendo maioritariamente familiares dessas pessoas, e sendo sujeitos a uma sobrecarga física e psicológica muito significativa. É necessário implementar medidas de apoio a estes cuidadores informais, quer ao nível psicológico, quer de proteção social, quer na intensificação de apoios domiciliários.

Relativamente às terapêuticas não convencionais, o PEV defende a regulação das suas especialidades e dos seus profissionais, de modo a gerar a confiança necessária aos cidadãos que livremente optem por este tipo de terapêuticas para prevenção e tratamento na saúde

b) Escola Pública

Se existe algum desiderato plasmado na Constituição de Abril de 76, que possibilitou catapultar o país para fora do atraso gerado por 48 anos de regime fascista ostracizante, esse foi, sem sombra de dúvida, a assunção da Escola Pública, gratuita e para todos. Consolidava-se assim uma escola democrática.

Contudo, fruto de décadas de desinvestimento programado, a Escola Pública, inclusiva e para todos, tem-se vindo a degradar. As condições materiais e humanas ressentem-se desse desprezo por parte dos sucessivos Governos que têm prosseguido uma política de direita. Políticas de pretensão controlo da despesa pública, cujo principal objetivo foi sempre equilibrar as contas do Estado à custa do bem-estar dos portugueses, a Escola Pública foi descaracterizada e levada a deixar de prestar um papel fundamental na educação e formação de crianças, jovens e adultos. Só entre 2011 e 2014 foram retirados 1200 milhões de euros às escolas públicas básicas e secundárias.

A opção ideológica de sucessivos Governos do PSD, CDS e PS visaram atacar o Estado Social e elementares direitos dos portugueses, atacaram a Escola Pública e foram criando mais condições para a proliferação de escolas privadas, com financiamentos públicos. A desresponsabilização do Estado afigura-se-nos claramente como um desinvestimento inequívoco no futuro. A existência de uma escola pública, que não esteja sujeita a interesses e coutadas particulares, doutrinas e ideologias diversas, deve ser uma escola dotada de autonomia em todas as suas vertentes, que permita o desenvolvimento dos seus projetos, gerando no meio em que se insere sinergias, capaz de proporcionar elevada qualificação ao nível técnico, científico e humano e a educação integral dos indivíduos, desenvolvendo a sua capacidade crítica e propositiva.

Os Verdes reivindicam uma política que não ponha em causa o direito de todos usufruírem de uma escola pública de qualidade, democrática, inclusiva, universal e gratuita ou tendencialmente gratuita.



Cabe ao Estado garantir que a Escola Pública está dotada dos profissionais necessários para dar resposta a todas as situações e especificidades de cada estabelecimento. Atualmente, faltam inúmeros auxiliares de ação educativa na Escola Pública, situação agravada pelo facto de, na definição do respetivo rácio, se ter optado pelo mínimo e se encontrar desadequado da realidade e das necessidades concretas das escolas.

Os psicólogos nas escolas, bem como outros especialistas em educação, são em número reduzido. A situação dos contratos anuais de trabalho (com término a 31 de agosto), faz com que estes técnicos tenham que aguardar a abertura de concurso por parte das escolas, e, por isso, o mês de setembro costuma ser caracterizado por uma corrida aos concursos e às escolas para a realização de entrevistas com vista à colocação. Muitos psicólogos encontram-se nesta situação durante anos, existindo falta de equidade no tratamento da regularização dos precários do Estado.

São necessárias mais equipas e maior financiamento para o acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais, para que possa acontecer uma real inclusão destes alunos. Com efeito, as equipas multidisciplinares nas escolas são determinantes para motivar muitos alunos, para combater o absentismo ou o abandono escolar e para gerar mais sucesso nas aprendizagens.

Os professores têm sido muito desrespeitados, ao longo dos anos, por parte dos sucessivos Governos. Um membro do anterior Governo PSD/CDS, perante a ação determinada do executivo de afastar muitos professores das escolas públicas, chegou mesmo a aconselhar os professores portugueses a emigrar para procurar outras alternativas de emprego. O atual Governo, também com a pressão dos Verdes, tomou algumas medidas que reportamos de importantes, como a abertura de concursos para integração no quadro de professores contratados, embora muito aquém das necessidades. Porém, os problemas recorrentes com a contratação de professores, as constantes mudanças e injustiças dos concursos, dificultam o acesso à carreira e impõem muita instabilidade na vida destes profissionais.

O que não pode também deixar de ser sublinhado é a situação em que o atual Governo PS está a colocar os professores no que respeita à contagem do tempo de serviço para efeitos de descongelamento da progressão na carreira. Tendo trabalhado 9 anos e 4 meses numa situação de congelamento, o Governo, de forma prepotente e unilateral, disponibilizou-se apenas para contar 2 anos e 9 meses, apagando, assim, 6 anos e meio de trabalho. É inadmissível, e ainda mais inaceitável na medida em que viola o artigo 19º do Orçamento do Estado para 2018 e a

Resolução da Assembleia da República (proposta pelo Grupo Parlamentar dos Verdes) que estabelece claramente a contagem de todo o tempo de serviço. O PEV denuncia este divórcio que o Governo estabeleceu com os professores e integra a luta para que a justiça seja reposta. A valorização da carreira docente e o respeito pelos professores é um imperativo que o país tem de agarrar a sério.

As condições de aprendizagem são para os Verdes sobremaneira relevantes e, por isso, o PEV batalhou nesta legislatura e continuará a batalhar para que a redução do número de alunos por turma seja uma realidade em todos os níveis de ensino, revertendo o aumento imposto pelo anterior Governo, com o objetivo de reduzir o número de professores.

Neste país existem muitas escolas onde chove nos corredores e noutros espaços interiores, e onde, nas salas de aula, os alunos passam frio no inverno e um calor insuportável no verão. As condições do edificado são muito precárias, com implicações concretas nas condições de aprendizagem. Muitas escolas não têm pavilhão desportivo, impedindo a prática desportiva quando as condições climáticas são mais agressivas. Muitas escolas têm material obsoleto, incluindo computadores, algumas cantinas, espaços de convívio e até espaços exteriores são muitas vezes desadequados às necessidades dos alunos. Alguns estabelecimentos de ensino, inseridos na requalificação da Parque Escolar, esperam pelas obras há anos, e continuam à espera que o Estado cumpra com o seu dever de financiar as obras de requalificação tão necessária. Contraditoriamente, outras escolas que foram sujeitas à requalificação pela Parque Escolar viram construídos e reconstruídos espaços totalmente desadequados às necessidades dos alunos, e um conjunto significativo dessas escolas evita ligar o ar condicionado, porque a dimensão dos espaços requer um gasto imenso de energia que não têm capacidade de pagar. A Parque Escolar foi um exemplo de má gestão que hoje as escolas pagam caro.

O problema do amianto das edificações das escolas tem merecido uma atenção muito proativa por parte do PEV e devem continuar a empreender-se ações de monitorização do estado dos equipamentos, bem como da remoção do amianto nos casos em que ela é necessária, em especial quando há estado de degradação e, conseqüentemente, risco de libertação de partículas.

No que respeita à gestão das escolas, o PEV defende um modelo de gestão democrático, sustentada em órgãos colegiais e não na figura de um Diretor, que acumula os poderes de direção, executivos e pedagógicos. O PEV alerta para o aspeto profundamente negativo da municipalização da educação (a que PS e PSD chamam de descentralização), que remete para as



autarquias competências que hoje competem ao Ministério da Educação e outras às próprias escolas, retirando, portanto, a estas a tão propalada autonomia.

Há outros aspetos que o PEV reporta de grande relevância nas políticas educativas, como a gratuitidade dos manuais escolares e a desmaterialização progressiva dos manuais e outros recursos educativos. Este último aspeto, de resto, está intimamente ligado com uma matéria para a qual os Verdes apresentaram propostas concretas, e que urge concretizar, que se prende com a diminuição significativa do peso das mochilas que as crianças transportam diariamente para as escolas.

A qualidade das refeições escolares é uma vertente que merece um apontamento particular, especialmente depois dos escândalos alimentares que sucessivamente se vêm registando em escolas, como a apresentação de frango ou arroz cru aos alunos. A concessão a empresas privadas da gestão das cantinas escolares foi uma opção política que, como já era de esperar, veio diminuir substancialmente a qualidade das refeições, para garantir o seu fornecimento a custos mais baixos. Estas empresas nem cumprem inclusivamente com a quantidade de trabalhadores necessários à gestão, confeção e serviço de almoços, e muitos nem têm contrato adequado. O que o PEV defende é que, para além de uma fiscalização muito rigorosa e regular, se regressasse à exploração e à gestão direta das cantinas escolares por parte das escolas, possibilitando que as refeições sejam confeccionadas e servidas por funcionários da própria escola, em número e com qualificação para garantir a qualidade e quantidade dos almoços servidos.

Ainda no que se reporta aos alimentos e refeições fornecidos nas escolas, o PEV considera importante respeitar a opção de cada um pelas dietas alimentares que se entende prosseguir, tendo para o efeito proposto a opção da dieta vegetariana (não apenas nas cantinas escolares, mas em todas as cantinas públicas), e também a disponibilização de bebidas vegetais, como alternativa para quem não pretende consumir leite.

Os Verdes sublinham que o ensino profissional deve ser dignificado e não pode ser entendido como o espaço para onde são relegados alunos com resultados escolares menos satisfatórias ou, até, como mão-de-obra gratuita para muitas empresas. A má definição de áreas formativas, muitas vezes condicionada pelos fundos comunitários disponíveis, ou por uma escolha em função da envolvente económica local, mas que não é acompanhada por uma melhoria salarial, gera nos estudantes desta forma de ensino uma desmotivação acerca do real objetivo da sua

opção formativa. Como tal, verifica-se que grande parte dos formandos se encontra em formação profissional por falta de oportunidades e encaminhamento para o ensino corrente, ou por pressão/inscrição por parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional, com o objetivo de “nivelar favoravelmente” estatísticas relacionadas com a taxa de desemprego.

A Escola de hoje e do futuro deve ser uma escola com todas as condições para promover uma cidadania consciente, conhecedora e participativa e democrática, em condições de garantia da igualdade efetiva de oportunidades. Nesse sentido, o PEV dá grande relevo à educação ambiental e à educação para a sustentabilidade, que envolva alunos e toda a comunidade escolar, e que se traduza em alicerces sólidos para que todos se sintam responsáveis pela construção de um mundo melhor, nos seus comportamentos individuais e coletivos, mas também na sua capacidade de reivindicação daquelas que são as responsabilidades dos poderes públicos.

c) Transportes

O PEV atribui uma grande prioridade ao transporte ferroviário, pela potencialidade que tem na fácil e rápida mobilidade dos cidadãos, na mitigação das alterações climáticas e no combate às assimetrias regionais, aproximando as diferentes localidades do país, do litoral ao interior e de norte a sul.

O problema é que sucessivos Governos, ao longo de anos e anos, optaram por desinvestir neste modo de transporte, encerrando linhas e ramais ferroviários, não adquirindo material circulante, reduzindo o número de trabalhadores e desmembrando as empresas do setor, com vista à sua privatização como aconteceu com a CP Carga.

É bem conhecida a luta dos Verdes pela não destruição da linha do Tua, pela ligação da linha do Douro, do Pocinho a Espanha, pela reposição do ramal da Lousã, pela modernização de toda a linha do Oeste, pela passagem do intercity na cidade de Setúbal, pela requalificação da linha de Cascais, pela ligação direta Lisboa – Beja, com ligação a Tunes, pela reposição do transporte de passageiros diário na linha do Leste (esta com êxito nesta legislatura, depois do forte empenho do PEV), entre tantas outras lutas.

Apostar na rede ferroviária nacional é promover o desenvolvimento do país, e, por isso, na posição conjunta assinada entre o PEV e o PS, os Verdes insistiram na necessidade de planear o transporte ferroviário ao nível nacional, num país que deu sempre prioridade à rodovia. Mas,



para além do planeamento, o PEV reivindica um investimento profundo no setor, na melhoria das infraestruturas, na modernização e eletrificação das linhas que ainda não foram sujeitas a essa requalificação e na aquisição de material circulante, investimentos determinantes para garantir conforto, rapidez e segurança nas viagens de comboio.

As questões da redução dos horários e serviços em todo o país, da insuficiência de carruagens, ou o fecho de linhas são verdadeiras machadadas que se dão ao serviço ferroviário de passageiros. Esta falta de investimento é normalmente argumentada com base na falta de passageiros. Porém, essa é uma falsa questão – o problema não é a falta de passageiros, mas sim a falta de comboios. E que política é esta de chamamento de passageiros quando não é prestado um serviço de qualidade, quando os preços das viagens são elevados, quando as carruagens não oferecem conforto nem higiene, quando os atrasos são constantes ou quando as carruagens ao dispor são tão poucas que as viagens se tornam num momento de desespero e desconforto com tantas pessoas acumuladas no mesmo espaço.

Para além disso, é determinante combater a recorrente diminuição do número de trabalhadores, fundamentais para o funcionamento do serviço ferroviário, seja na CP, seja na EMEF, que procede à reparação das unidades circulantes. O número de 102 trabalhadores para a EMEF e de 80 trabalhadores para a CP, que o Governo anunciou que vão ser contratados, é manifestamente insuficiente face às necessidades e não compensa o número de trabalhadores que têm atingido a idade da reforma.

Os Verdes dão também uma prioridade assinalável a um sistema de transportes públicos urbanos que garanta a mobilidade das populações, de acordo com as suas necessidades. O PEV orgulha-se de ter contribuído, nesta legislatura, para a reversão do processo de concessão a privados da Carris e dos STCP, avançado pelo anterior Governo PSD/CDS. A privatização dos transportes comporta sempre o seu encarecimento e a erradicação das carreiras menos rentáveis para as empresas, ignorando aquelas que são as necessidades dos cidadãos.

Os Verdes reafirmam que só um sistema de transportes públicos com horários adequados, com regularidade assegurada, que integre as diferentes modalidades de transporte (ferroviário, rodoviário e fluvial) é que consegue dar as respostas de mobilidade que as cidades e as suas periferias precisam.

Ademais, um dos fatores determinantes para que os cidadãos utilizem o transporte público e optem pela não utilização do automóvel particular é o preço dos títulos do transporte. Por isso, o PEV reclama um passe social único, nas áreas metropolitanas, que abranja todas as modalidades e todas as operadoras, a preços acessíveis. Consideramos inaceitável que a Fertagus não esteja incluída no passe intermodal e que os utentes do metro sul do Tejo tenham de pagar um extra, de cerca de 10 euros, para poderem usar o passe intermodal.

Relativamente ao incentivo à utilização dos transportes públicos, o PEV já fez aprovar, nesta legislatura, em sede de Orçamentos de Estado, o desconto de 25%, sem condição de recursos, no passe sub 23 e no passe 4-18 e também a possibilidade de dedução, em sede de IRS, do valor total do IVA pago na compra de passe. O PEV tem feito também pressão junto do Governo para que outras medidas, tendentes a tornar mais aliciante o preço do passe social, sejam tomadas.

Uma boa oferta de transportes públicos é fundamental para que as famílias não façam os seus movimentos pendulares ou as suas deslocações pontuais de automóvel particular. Podem-se sugerir medidas que tornem mais caro o uso do transporte individual, como a introdução de portagens à entrada das cidades, mas essas medidas só servem para penalizar os cidadãos e não para lhes garantir efetiva alternativa de transporte. Com efeito, na margem sul essa medida está implementada há muitos anos – os cidadãos que vêm de sul para Lisboa, pela ponte 25 de Abril, ou pela ponte Vasco da Gama, pagam obrigatoriamente portagem. Contudo, não é esse facto que tem diminuído o número de carros que entram diariamente em Lisboa, provenientes da margem sul. A muitos cidadãos é-lhes, de resto, retirada a alternativa do transporte público quando não há barcos suficientes a atravessar o Tejo, na ligação a Lisboa a partir do Barreiro, do Montijo ou do Seixal, onde vários horários são suprimidos e as demoras são efetivas. Investir na frota da Transtejo e da Soflusa é fundamental para melhorar estes transportes.

Mas não é só nos grandes centros urbanos que essa mobilidade coletiva deve ser incentivada. Também nos territórios de baixa densidade é preciso garantir transporte público, quando muitas localidades não os têm ou só os têm escassos e dentro dos períodos letivos.

Outra forma de transporte para a qual importa criar condições de expansão é a bicicleta. A construção de uma rede ampla de pistas cicláveis, que gere segurança na utilização deste modo suave de transporte, bem como a disponibilização de sistemas de empréstimo e uso de bicicleta a preços comportáveis dentro das localidades são medidas que fomentam a utilização deste meio de mobilidade. Os Verdes têm também avançado com propostas que visam a redução do preço



das bicicletas no ato de compra, como a redução do IVA para a taxa de 6%, porém essa medida tem sido recorrentemente negada pelo PS.

Relativamente ao transporte aéreo, a intenção do Governo de construir um novo aeroporto internacional na base aérea do Montijo, como terminal complementar do aeroporto de Lisboa, é amplamente contestada, designadamente pelo PEV, tendo em conta a degradação da qualidade de vida que daí resultará para a população da península de Setúbal, assim como os evidentes impactos ambientais, designadamente em zonas húmidas sensíveis. Isto para além dos problemas de segurança que se colocam. O que nos parece também inadmissível é que o Governo tome a decisão, em conjunto com o concessionário ANA, sem que esteja sequer concluída uma avaliação de impacto ambiental, demonstrando-se mais uma vez que este instrumento de política de ambiente não serve para sustentar as decisões de realizar ou não determinadas obras, mas sim para gerar um *pro forma* relativo a decisões previamente tomadas.

d) Ambiente

Os diversos Governos do PSD, CDS e PS, no que às matérias de ambiente diz respeito, procuraram recorrentemente gerar áreas de negócio para o setor privado (seja no setor da água, dos resíduos, dos transportes, da conservação da natureza, entre outros). Simultaneamente foram estabelecendo um subfinanciamento crónico nas estruturas do Estado responsáveis pelas questões do ambiente, como o Instituto da Conservação da Natureza (ICN), depois também da Biodiversidade (ICNB) e atualmente das Florestas (ICNF), e promovendo uma redução no investimento nestas áreas. A consequência não poderia ter sido outra, a não ser a fragilização das áreas ambientais.

Com efeito, temos hoje, a título de exemplo, várias ETAR que funcionam mal, sistemas de monitorização e vigilância que não funcionam (como na Arrábida), um litoral que se vai remendando aos poucos quando o risco é já por demais evidente, passivos ambientais por resolver há uma eternidade (como os resíduos de S. Pedro da Cova), trabalhadores em número bastante mais reduzido do que o que seria necessário.

Quando falamos de ambiente, falamos evidentemente da preservação de ecossistemas muito relevantes, da preservação de recursos naturais fundamentais, e também do bem-estar, da saúde e da segurança das populações. Para além disso, falamos da determinação constitucional que nos

dá o direito a um ambiente saudável e à promoção da qualidade de vida. Esta é uma inegável responsabilidade do Estado.

A questão dos meios humanos para prosseguir esses objetivos é, portanto, determinante para o sucesso das políticas ambientais. Não é possível continuar a descuidar os recursos humanos necessários para levar a efeito as medidas que se impõem. Justamente por isso, graças à determinação e às propostas concretas do PEV, nesta legislatura, em todos os Orçamentos de Estado, tem havido uma norma para abertura de concurso e contratação de guardas e vigilantes da natureza, contrariando a tendência para o seu decréscimo. Os Verdes estão empenhados em continuar este reforço de um corpo de profissionais fundamentais para a implementação de estratégias para a conservação da natureza. Por isso, os Verdes também se empenharam em que fosse retomado o corpo de guardas florestais. A fiscalização e a vigilância dos nossos espaços naturais constituem uma medida preventiva que deve ser intensificada e empreendida por profissionais formados e empenhados.

Os Verdes também valorizam a ação dos guardas do SEPNA, mas consideram que a existência deste corpo da GNR não substitui a ação dos profissionais da Agência Portuguesa do Ambiente, em sede de fiscalizações ambientais, nem a ação dos inspetores da IGAMAOT, em sede de inspeções ambientais. Estes profissionais não existem também em número suficiente e é fundamental agir para o seu reforço, de modo a criar condições para identificar infratores e atividades poluidoras em todo o território nacional.

Para além da questão dos meios humanos, há medidas que urge tomar para gerar mais eficácia, designadamente nas ações de inspeção ambiental. A este respeito, uma questão para a qual o PEV apresentou proposta concreta, é a necessidade de as inspeções ambientais não serem sujeitas a aviso prévios às empresas inspecionadas, de modo a não permitir ao infrator preparar-se para moldar as descargas, de modo a enganar a entidade inspetiva. Com este mesmo objetivo, urge também tomar medidas para que os processos de recolha de amostras, para avaliação dos níveis de poluição, possam ser feitos em circunstâncias que reportem a realidade da laboração de uma empresa, e que não facilitem a subversão dos resultados dessa laboração, por esta poder ser aligeirada ou adulterada num período de 24 horas (período que a lei hoje estipula como obrigatório para a recolha de amostras para aferir das descargas para o meio hídrico).

O que efetivamente não se pode manter é a circunstância de os infratores acabarem muitas vezes por sair beneficiados perante o crime ambiental cometido, ou porque a fiscalização não os



identifica, ou porque o pagamento de uma multa fica bastante aquém do investimento a realizar em sistemas de tratamento de efluentes industriais.

É por isso que o PEV tem insistido também na necessidade de educar e sensibilizar os nossos magistrados para a relevância a dar aos crimes e contraordenações ambientais como destruição do nosso património coletivo e conflituante com o interesse público, mas também, e sobretudo, no imperativo de reforçar os meios de fiscalização e de inspeção ambiental em Portugal, de modo a identificar infratores e atividades poluidoras. O problema do país ao nível ambiental não está, na perspetiva do PEV, nas molduras penais, mas sim na efetiva aplicação da lei, na desburocratização dos processos, mas, acima de tudo, no reforço de meios preventivos.

e) Justiça e Segurança

A justiça em Portugal continua inacessível para muitos cidadãos, devido aos custos que comporta. Muitos cidadãos, que se sentem lesados, evitam recorrer aos tribunais, por incapacidade económica, o que demonstra que o «preço» do recurso à justiça impede a plena concretização do direito constitucional de acesso de todos aos tribunais e à defesa dos seus direitos.

Acresce o facto de a justiça não ser célere, levando a uma demora excessiva de muitos processos judiciais. Este facto não está desligado da evidente falta de magistrados e de funcionários judiciais, em número adequado ao funcionamento eficiente dos tribunais.

A diminuição das custas judiciais, bem como a garantia de mais meios humanos para cumprir o que a CRP estabelece é, na perspetiva dos Verdes, determinante.

O anterior Governo PSD/CDS, para além de outras questões, e na ânsia de encerramento de serviços de proximidade, determinou um mapa judiciário que marcou o fecho de um conjunto significativo de tribunais. O PEV orgulha-se de ter contribuído para a reabertura de tribunais encerrados, na presente legislatura, devolvendo esses serviços de proximidade às populações.

O PEV constata a situação preocupante e indigna que apresentam diversos estabelecimentos prisionais, e considera que é necessário um investimento no sistema prisional, também numa lógica de reinserção social dos indivíduos.

A promiscuidade entre o poder político e o poder económico é uma realidade que o PEV há muitos anos denuncia e para a qual pede intervenção efetiva. O combate à corrupção e ao crime económico devem constituir uma prioridade, para salvaguardar o interesse público.

É também necessário um investimento congruente nos meios humanos e técnicos das nossas polícias de investigação criminal, para além de uma saudável cooperação entre elas.

No que respeita ao caso de Tancos, em concreto, o PEV entende como bastante grave o assalto aos paióis militares, devendo a investigação prosseguir o seu trabalho. Sobre esta e os termos que foram tornados públicos, relativos à PJM, também realçamos que a avaliação das instituições não deve ser decidida no calor dos acontecimentos e, em especial, com base num caso concreto.

Em matéria de segurança, os Verdes defendem uma polícia de proximidade, treinada e formada para lidar com dignidade com os cidadãos e com meios humanos, técnicos e logísticos capazes de dar resposta às necessidades de combate ao crime e à violência. Esses meios dos quais depende a atuação da PSP e da GNR devem ser reforçados.

Um dos crimes aos quais o PEV tem dado uma particular importância é ao crime de violência doméstica, quantas vezes silenciado, e que assume particular gravidade quando estudos indicam a presença de violência no namoro, e um entendimento atroz de que um certo nível de agressão física e psicológica acaba por ser natural. É preciso um esclarecimento efetivo da barbaridade destes crimes e da necessidade de tolerância zero para os mesmos. É preciso ter em conta que, para além dos casos de mazelas psicológicas e na integridade física de quem é agredido, desde 2004 foram registados 491 homicídios de mulheres em ambiente familiar.

Uma outra violência muito silenciada é o *bullying* para o qual importa um despertar da sociedade, designadamente dos agentes educativos, de modo a erradicar a sua prática.

Uma outra vertente da segurança do país é, sem dúvida, a proteção civil, a qual deve estar plasmada nos instrumentos de planeamento e de ordenamento do território. Os Verdes defendem que as estruturas de proteção civil devem ser dotadas dos meios humanos e técnicos para fazer face às necessidades, designadamente a cenários dantescos, como o dos fogos florestais, mas também a outras catástrofes a que têm de estar preparados para dar resposta.

A qualificação e formação dos bombeiros, aos quais os Verdes prestam a sua homenagem pelo heroísmo que têm demonstrado, bem como o reconhecimento do risco inerente à sua atividade, é



um eixo fundamental para adequar as respostas às exigências e até a novos riscos que se colocam. O adequado financiamento atempado das corporações de bombeiros é também uma questão que não pode, de todo, ser descurada.

Uma outra vertente para a qual o PEV alerta é a necessidade de garantir apoio psicológico aos bombeiros que se confrontam com episódios absolutamente violentos como o dos fogos florestais, onde chegam recorrentemente a atingir estados preocupantes de exaustão física e psicológica.

A implementação de uma política adequada de proteção civil contribuirá significativamente para a redução de perda de vidas e de bens. E para esse efeito o PEV também considera muito relevante a construção de um caminho de sensibilização e formação dos cidadãos, onde as atividades nas escolas assumem uma particular importância, incluindo aprendizagens relacionadas com o enquadramento e prevenção de riscos, minimização de perigos, capacidade de autodefesa, suporte básico de vida, noções básicas de socorro.

V - UM COMPROMISSO COM UMA SOCIEDADE PARA TODOS

a) Igualdade e não discriminação

A promoção de políticas para a igualdade é a base de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Em pleno século XXI, as mulheres ainda são discriminadas por serem mulheres. No trabalho essa realidade é bem visível, quando, em Portugal, as mulheres recebem salários 16% inferiores aos dos homens. A garantia da lógica de salário igual para trabalho igual tem de ser assegurada e, para o efeito, o Estado não se pode demitir de uma ação, designadamente no âmbito da fiscalização e de exigência do cumprimento da lei.

Também no trabalho, as mulheres ainda são discriminadas por razões de maternidade. É inaceitável que a uma mulher, como pressuposto para conseguir um emprego, seja colocado que não pense ter filhos a curto prazo, para que garanta a total disponibilidade à empresa. Num país onde as taxas de natalidade são tão reduzidas, esta discriminação de que as mulheres são alvo é inaceitável. Para além disso, é absolutamente indecente que ocorram casos, como aqueles de que já se ouviu falar, de mulheres que são obrigadas a comprovar (por exemplo através de prova de expressão mamária) que estão a amamentar os filhos, para que lhes possa ser cedido o tempo legal de redução de horário. São exigências discriminatórias e que ferem a integridade destas mulheres.

Por serem também aquelas que ainda mais disponibilizam do seu tempo para acompanhamento familiar, designadamente dos filhos e dos mais idosos, tornam-se mão-de-obra menos satisfatória para muitas empresas, pelo que as mulheres são efetivamente as maiores vítimas de desemprego, de precariedade e de pobreza.

Com vista a contrariar esta realidade, os Verdes têm avançado com propostas para, por exemplo, o desenvolvimento de políticas que assegurem mais estruturas públicas de apoio à infância e também aos idosos. De realçar que a ausência destas estruturas, a preços comportáveis, é determinante também para a igualdade entre mulheres, porque se há famílias que podem comportar creches e infantários privados a preços bastante elevados, não há dúvida que a generalidade das famílias, que vive do rendimento do seu trabalho, não consegue comportar tamanhos custos.



Uma política salarial justa, a não discriminação no acesso ao emprego e a garantia de estruturas de apoio às famílias são exemplos de pressupostos importantes para a libertação de mulheres para outras atividades recreativas, culturais, desportivas, de participação política, associativa, entre outras, a que têm direito e que lhes atribui a condição de cidadãos por inteiro. Essa luta deve ser empreendida com determinação.

Também no âmbito do combate às desigualdades, o PEV defende intransigentemente políticas de inclusão de pessoas com deficiência e a prossecução de caminhos emancipatórios, que combatam o estigma e a facilitação de situações de pobreza a que estes cidadãos se encontram muitas vezes votados, por serem discriminados, designadamente, no acesso ao trabalho. O cumprimento de quotas de emprego, quer na Administração Pública, bem como o estímulo à contratação no setor privado, devem ser efetivados.

Para além disso, é determinante o aumento da proteção social para as pessoas com deficiência que dela necessitam. Em Portugal 36% da população com deficiência revela dificuldades em pagar os bens essenciais, uma percentagem bem acima da média da União Europeia, comprovando a vulnerabilidade económica acrescida por parte das pessoas com deficiência no nosso país.

Ao nível dos serviços públicos é determinante agir e garantir meios adequados para a verdadeira inclusão de pessoas com deficiência. Desde logo, na escola é determinante que existam, em início de ano letivo, meios humanos, materiais e pedagógicos para acompanhamento de crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Os Verdes deram um contributo importante para que fosse criado um grupo de recrutamento de língua gestual nas escolas, em respeito por estes profissionais. Mas, em relação à língua gestual, há passos que tardam em ser dados – por exemplo, não é aceitável que um cidadão surdo se desloque a um centro de saúde e não consiga comunicar, por não haver intérprete de língua gestual. É preciso garantir que os serviços públicos estão dotados de meios para que essa discriminação não aconteça.

A existência de barreiras arquitetónicas, seja nas ruas, seja ao nível do edificado, gera grandes dificuldades para quem tem mobilidade condicionada. Nesta matéria a lei está por cumprir e impõe-se que o Estado seja proativo no que respeita à eliminação das barreiras arquitetónicas em todos os edifícios, equipamentos coletivos e em vias públicas, assim como no que concerne à fiscalização do cumprimento da lei no edificado e equipamentos em geral. Também ao nível dos

transportes, o acesso é muitas vezes apontado como uma dificuldade real para quem tem mobilidade condicionada, agravando dificuldades de deslocação para a escola, para o trabalho ou para lazer. O PEV continuará a tomar esta questão como uma prioridade na sua agenda de ação.

O empenho dos Verdes para a inscrição no artigo 13º da CRP da igualdade independentemente da orientação sexual de cada pessoa, traduz o nosso empenho para a promoção da não discriminação homofóbica e transfóbica. Demos contributos para passos importantes como a consagração do casamento entre pessoas do mesmo sexo, ou para a possibilidade de as crianças serem adotadas por casais homossexuais, reforçando os direitos das crianças institucionalizadas a serem adotadas e garantindo os direitos das pessoas LGBTI, tal como consagrado para os heterossexuais, de poderem adotar. Há passos ainda não conquistados, mas que o PEV continuará a verter em proposta legislativa, como o acesso de pessoas LGBTI, designadamente mulheres lésbicas, às técnicas de procriação medicamente assistida.

Existe ainda muita discriminação relativamente à comunidade LGBTI, nos locais de trabalho, nas escolas, na saúde, nos transportes públicos, entre outros locais, sendo que os atos mais comuns são o insulto e a ameaça, o *bullying* e a violência doméstica.

Uma política de igualdade requer também esforços públicos para uma educação dos cidadãos no que se refere à aceitação das diferenças, e se a escola é um espaço privilegiado para o efeito, também é muito relevante que os profissionais dos serviços públicos (saúde, forças de segurança, entre tantos outros) sejam garantias de promoção das igualdades.

Os Verdes afirmam que a orientação sexual, a raça, ou o credo que uma pessoa pratica não pode, em qualquer circunstância, ser fator de diminuição de direitos de cada cidadão. Defendemos uma sociedade de plena igualdade, que faça das diferenças de todos a riqueza da diversidade da nossa sociedade.

b) Cultura

A cultura é, para o PEV, um setor que contribui inegavelmente para o sentido crítico e criativo dos cidadãos, capaz de contribuir, tal como a educação, para a formação integral dos indivíduos, gerar-lhes maior consciência e mais preenchimento na plenitude dos seus interesses diversificados. É, portanto, uma vertente importante da democracia.



O setor da cultura em Portugal continua, contudo, a ser vítima de um subfinanciamento público e de uma lógica economicista preocupantes e que põem em causa o desenvolvimento, e muitas vezes a própria sobrevivência, do tecido cultural. É uma área política que tem sido sobremaneira secundarizada.

Os Verdes defendem o investimento de 1% do Orçamento do Estado para a Cultura e, para o efeito, a programação de uma trajetória com vista ao cumprimento desse objetivo a muito curto prazo. O Estado não se pode desresponsabilizar da garantia de uma efetiva política para a cultura.

Relativamente ao apoio às artes, em concreto, abarcando as artes performativas, as artes visuais e cruzamentos disciplinares, são inúmeras as companhias e estruturas culturais que vêm comprometida a sua ação, como aconteceu com os resultados do concurso de apoios sustentados às artes 2018-2021, onde muitas estruturas perderam apoios ou viram substancialmente reduzidos os apoios que tinham. Este comprometimento de recursos tem também implicações sérias no desemprego de muitos artistas e criadores culturais, porque importa não esquecer que o setor da cultura, e das artes em concreto, é também um setor com uma capacidade significativa de gerar emprego na sociedade.

É urgente um outro rumo de apoio às artes, um rumo que assegure a liberdade e a diversidade da criação artística, assim como a democratização da fruição das artes e do acesso à cultura. Por isso, o PEV defende, desde logo, o aumento do financiamento do bolo global atribuído ao apoio às artes, devendo esse valor atingir os 25 milhões de euros. A verdade é que se esse montante global não aumentar, a distribuição dos apoios nunca atingirá um nível mínimo de justiça.

Mas, para além disso, o PEV defende um novo modelo de apoio às artes, que avalie as candidaturas em função da sua realização, e não através de critérios financeiros. Um modelo onde, também, os procedimentos do concurso sejam, para além de desburocratizados, atempados, de modo a permitir que os projetos a implementar se iniciem com o apoio efetivamente prestado.

Os Verdes entendem que o apoio às artes, e à cultura em geral, deve ter em conta o objetivo nacional de combate às assimetrias regionais, o que passa também pela valorização e defesa da oferta cultural no interior do país.

Por vezes, ouve-se como argumento para a manutenção dos espetáculos tauromáquicos o facto de estes constituírem uma vertente cultural e da tradição do país. Porém, é evidente, e por isso generalizadamente reconhecido, que se trata de um espetáculo violento e que expõe a tortura do touro bravo ou de lide. Os Verdes defendem a importância de se trabalhar para o fim das touradas, designadamente através do não financiamento público às mesmas e do impedimento da sua transmissão em canal televisivo.

No que concerne à defesa no património cultural, impõe-se uma política de preservação e de manutenção pelo seu próprio valor intrínseco, mas também pelo que representa para a nossa identidade como povo, e até para a nossa economia, designadamente pelo proveito turístico nas diferentes regiões onde esse património se localiza.

A verdade é que se verifica que muito desse património está cada vez mais ameaçado, por vezes em resultado de causas naturais de degradação, mas também pelos fenómenos de alteração ou de destruição pela mão humana.

A degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento da identidade de qualquer povo do mundo. É fundamental que sejam disponibilizados os meios necessários (financeiros, científicos e técnicos) para a recuperação e a construção dos diversos espaços para que se preserve a memória e o passado dos lugares, das regiões e das populações.

Sublinhe-se que grande parte deste património cultural e natural se reveste de interesse nacional e mundial, transportando uma efetiva responsabilidade na sua conservação e proteção. Para além dos esforços das comunidades locais e das autarquias neste processo de preservação, o Estado tem de assumir a sua responsabilidade no apoio financeiro e na monitorização do património cultural, necessários aos processos que, com a ajuda das tecnologias e da ciência, tornem cada vez mais próxima a história que espaços culturais e naturais contam de um passado mais longínquo, e das lições que esse passado nos dá.

c) Trabalho e Segurança Social

A pretexto da competitividade, do crescimento e do emprego e mais recentemente com o pretexto da crise ou das imposições externas, tudo serviu para fragilizar e desproteger a posição do trabalhador na relação laboral.



A verdade é que o acentuar da exploração de quem trabalha foi o resultado, mais que previsível, dessas opções, materializadas através das sucessivas alterações ao Código de Trabalho, que acabaram por se traduzir na desvalorização do trabalho e num ataque sem precedentes aos direitos fundamentais de quem trabalha, designadamente, por via do desaparecimento do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, da fragilização e do bloqueamento da contratação coletiva, ou, ainda, da facilitação e do embaratecimento dos despedimentos.

Soma-se a tudo isto as medidas que foram tomadas para os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, o sumiço dos feriados, a subtração aos dias de férias ou os cortes de dias de descanso obrigatório. Esta realidade retira aos trabalhadores, estrategicamente, direitos que tem como cidadão, tais como de acompanhamento familiar, de lazer, de convívio, de novas e diversas aprendizagens, de associativismo, de participação, enfim, de qualidade de vida.

Com aquela lógica, acrescida da desvalorização salarial, os rendimentos das famílias emagreceram substancialmente, os direitos de quem trabalha encolheram drasticamente, a desproteção dos trabalhadores bateu no fundo - a economia perdeu com isso e o desemprego não parou de crescer.

É verdade que algumas dessas opções foram já revertidas, nomeadamente o regresso às 35 horas semanais na Administração Pública ou a reposição dos feriados, com o contributo dos Verdes que em ambos os casos apresentaram iniciativas legislativas (de salientar que, para o caso das 35 horas, o PEV também as defendeu para o setor privado, mas o PS, PSD e CDS chumbaram essa proposta). O descongelamento da progressão nas carreiras também está em andamento, mas não de forma justa para todos, e este ano, pela primeira vez em cerca de 10 anos, os funcionários públicos terão aumentos salariais, situação para a qual o PEV também insistiu. O Primeiro-Ministro afirmara que se teria de optar, nesta legislatura, entre o descongelamento das carreiras ou o descongelamento dos salários. Porém, para o PEV, essa opção seria inadmissível e o Governo PS acabou por recuar na sua pretensão.

Contudo, há matérias relativas à legislação laboral que é necessário reverter com urgência, como o princípio do tratamento mais favorável para o trabalhador, alterar o valor das indemnizações em caso de despedimento, a necessidade de reforçar a contratação coletiva e a reposição dos 25 dias de férias para todos os trabalhadores. Esse caminho não está a ser trilhado porque, em matéria de legislação laboral, o Governo PS escolheu pedir a mão da direita, com base no acordo celebrado entre o Governo PS, a UGT e as entidades patronais, propondo, nomeadamente,

alargar o período experimental para 6 meses, fomentando a precariedade; oferecendo 150 horas de trabalho gratuito por ano às entidades patronais, através do banco de horas grupais; mantendo a norma da caducidade ao nível da contratação coletiva. Tudo à medida das entidades patronais.

A precariedade tomou conta do mundo laboral em Portugal, deixou de ser exceção para passar a ser regra. Para necessidades de trabalho permanentes os contratos são precários, para tornar os trabalhadores descartáveis e também mais frágeis e submissos, e, logo, mais fáceis de explorar, esse é o desejo da ideologia que defende a precariedade.

Estes são os factos, sustentados em contratos a termo grosseiramente ilegais, em recibos verdes, falsos, que apenas disfarçam um suposto regime de prestação de serviços. Eternas bolsas de investigação, que mais não visam do que perpetuar a precariedade. Contratos de Trabalho Temporário, em claro confronto com as mais elementares regras do direito do Trabalho, porque nada têm de temporário. Programa de Estágios para desempregados de longa duração, colocando o Estado, o contribuinte a financiar a precariedade para as empresas beneficiarem de mão-de-obra praticamente gratuita

E o pior é que foi sendo o próprio Estado a dar o exemplo em matéria de precariedade. O Governo PSD/CDS fez um trabalho intenso de colocar milhares de pessoas a trabalhar em unidades de saúde, escolas e em tantos outros serviços públicos a responder a necessidades permanentes, mas com vínculos absolutamente precários.

Na presente legislatura, um dos compromissos assumidos foi o combate à precariedade. Importa efetivar o Plano Nacional de Combate à Precariedade e à Contratação Ilegal, bem como o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (o que inadmissivelmente não está a acontecer, por exemplo, ao nível dos bolseiros de investigação científica).

Os Verdes alertam para o facto de as condições laborais e salariais serem determinantes para inverter os baixos níveis de natalidade com os quais o país se confronta, e que podem a breve prazo trazer problemas sérios, pela redução substancial de pessoas no ativo.

Ao nível da Segurança Social, Os Verdes defendem o sistema público, solidário e universal. Qualquer tentativa de fragilizar este sistema tem a veemente oposição do PEV.

A pretexto da sustentabilidade da Segurança Social, diversos Governos chegaram a reduzir o direito a prestações sociais, com impactos sérios no crescimento da pobreza. Com o anterior



Governo PSD/CDS o ataque foi brutal, designadamente, com o corte de pensões, de subsídios de desemprego, do abono de família, do rendimento social de inserção ou do complemento solidário para idosos. A base ideológica ditava também que era preciso fragilizar a Segurança Social com vista à sua privatização e ao recurso às seguradoras.

Na presente legislatura considerou-se determinante, nas posições conjuntas estabelecidas, reverter esta situação e reforçar a função da Segurança Social. Estabeleceu-se também, concretamente, na posição conjunta entre o PEV e o PS que não haveria descida das contribuições das empresas (TSU), de modo a garantir esse justo financiamento da Segurança Social. Não obstante esta disposição, o Governo PS tentou, no decurso da legislatura, uma proposta de diminuição da TSU, a qual acabou por ser rejeitada.

O PEV considera que, para reforçar o financiamento da Segurança Social, as empresas com maiores lucros deveriam pagar uma contribuição acrescida, com base no Valor Acrescentado Líquido, ou seja na riqueza líquida aí refletida.

O PEV valoriza as prestações sociais não contributivas como um instrumento de combate à pobreza e considera que devem abarcar o universo de pessoas que delas carecem, ao mesmo tempo que se promove uma política de emprego e de justas pensões que permita efetivamente a autonomização desses cidadãos.

O PEV valoriza também, para efeitos de reforma, as longas carreiras contributivas, e considera que, independentemente da idade, 40 anos de descontos para a segurança social deve dar direito à pensão de reforma, sem quaisquer cortes e condicionantes.

d) Justa repartição da riqueza

Para garantir a justa repartição da riqueza e inverter o ciclo de concentração de riqueza numa minoria à custa das condições de vida de uma larga maioria, há dois fatores determinantes: salários e impostos.

Os salários em Portugal são muito baixos, se comparados com os de outros países da União Europeia, sendo que o custo de vida é em tudo semelhante ao dos Estados-Membro que praticam melhores salários. O salário mínimo nacional (SMN) é também dos mais baixos na União Europeia – está atualmente fixado nos 580 euros (brutos).

Para além de ser um valor baixo, o que se verifica é que o número de trabalhadores a receber o salário mínimo nacional tem vindo a aumentar substancialmente. Mais de um 1/4 dos trabalhadores em Portugal não ganha mais do que o SMN. Este facto representa dificuldades financeiras concretas na vida de muitas famílias e contribui para uma realidade preocupante que é o facto de os índices de pobreza grassarem também entre quem trabalha, e não apenas entre quem está desempregado ou inativo.

Neste quadro, o PEV tem vindo a defender um aumento mais acelerado do SMN, para compensar os muitos anos em que não foi atualizado ou em que foi insuficientemente atualizado. Porém, o BE juntou-se ao PS no sentido de acordar e defender um aumento mais lento e ligeiro do SMN durante a legislatura, fazendo com que só em 2019 atinja os 600 euros. Os Verdes, por seu turno, consideram que em 2019 o SMN já deveria ter atingido os 650 euros mensais.

Em matéria de impostos, de destacar que o PEV defende uma maior progressividade no IRS, materializada no desdobramento de mais escalões, de modo a garantir o princípio de que cada sujeito passivo contribui efetivamente à medida das suas capacidades advenientes do seu rendimento de trabalho.

O PEV contestou a atitude do anterior Governo PSD/CDS de, enquanto vendia a ideia de que não havia margem para descer impostos para quem trabalha, optar pela redução progressiva e substancial do IRC para as grandes empresas (de 25% para 23% e depois para 21%, com o objetivo de descer ainda mais). O PEV considera que as grandes empresas, que detêm grandes lucros, devem contribuir à dimensão da sua maior capacidade de contribuição e o IRC deve contemplar esse princípio. Já quanto às micro, pequenas e médias empresas (que, em bom rigor, juntas, são as que mais geram postos de trabalho no país), os Verdes consideram que devem ser estimuladas e que esse estímulo pode advir por via fiscal. Nesse sentido, e também com o objetivo de contribuir para a dinamização do interior do país, o PEV propôs, em sede de Orçamento do Estado, a redução de IRC para as micro, pequenas e médias empresas que se instalassem no interior.

Em sede de fiscalidade ambiental, o PEV tem defendido um conjunto de medidas com vista ao incentivo a investimentos e a comportamentos ambientalmente sustentáveis. Por isso, a título de exemplo, propusemos que despesas relacionadas com a utilização dos transportes coletivos e da bicicleta, com obras e aquisição de materiais que promovam eficiência energética ou com a compra de materiais reciclados fossem alvo de redução de impostos ou deduções fiscais. Até à



data o Governo PS apenas aceitou a dedução de títulos de transporte coletivo em sede de IRS, o que, na perspetiva do PEV, fica muito aquém do que o sistema fiscal poderia dar como contributo para motivar os cidadãos a compras e atitudes ambientalmente mais responsáveis.

Uma outra vertente fiscal, para a qual o PEV deu um contributo importante, foi a baixa da taxa do IVA na restauração (que o anterior Governo PSD/CDS tinha aumentado de 13% para 23%, com consequências bastante negativas ao nível de muitos pequenos estabelecimentos de restauração). A baixa do IVA da restauração permitiu criar um conjunto significativo de mais postos de trabalho.

A introdução da cláusula de salvaguarda do IMI foi também uma medida importante, para a qual o PEV contribuiu, permitindo evitar os aumentos substanciais de IMI. Não obstante esta medida positiva, o PEV considera que era prudente baixar a taxa legal máxima do IMI, pelo menos para 0,4%, o que aliviaria o peso do IMI para muitas famílias.

Os Verdes defendem também que uma percentagem do ISP seja consignado ao investimento em melhores transportes públicos, dando a garantia de que o contributo dado, através deste imposto, é investido numa alternativa de mobilidade, mais sustentável, para as populações.

Por outro lado, o empenho do Estado no combate à fraude e à evasão fiscal é determinante e justo para todos aqueles que vivem do seu trabalho e pagam os impostos devidos, para que o Estado lhes forneça, com qualidade, os serviços a que têm direito, e dote o país das infraestruturas necessárias.

Mas o combate à fraude e à evasão fiscal terá de passar também por colocar um fim aos paraísos fiscais, na medida em que estes contribuem para a imoralidade e a injustiça fiscal, mas também pela associação à economia clandestina, à evasão, à fraude, ao crime organizado, à lavagem de dinheiro e, por vezes, até ao negócio da droga e do armamento. Os Verdes consideram que não faz sentido que continue a haver lugares no mundo onde a justiça não entre, onde o poder judicial fique à porta e onde os Governos finjam que nada têm a ver com o assunto e que nada podem fazer. Por isso, o PEV defende a eliminação dos paraísos fiscais como forma de contribuir, também, para credibilizar e gerar justiça no sistema fiscal.

e) Participação dos cidadãos

Não há democracia sem a efetiva participação dos cidadãos.

A organização de lutas que gerem capacidade de reivindicação sobre os governantes é um dos pilares mais determinantes do desenvolvimento. É, por isso, que o sentido crítico, interventivo e o sentido de justiça dos cidadãos em geral é determinante para o progresso e a conquista de direitos.

Desejariam muitos governos que os cidadãos se mantivessem impávidos e serenos perante as suas decisões de liquidar direitos e de degradar as condições de vida do povo. Desejariam muitos que a luta de massas não fosse uma realidade. Porém, se não for o povo a lutar pelos seus direitos e pelos avanços civilizacionais, opondo-se à regressão e à estagnação, o caminho do desenvolvimento não é prosseguido.

Muitas vezes as conquistas e o resultado dessas lutas não são imediatos, mas esse facto não deve ser desmotivador para quem luta, porque o caminho que vai abrindo e trilhando, em cada luta empreendida, é determinante.

Das lutas ambientais (como as estão a ser travadas pelo encerramento da central nuclear de Almaraz ou contra a pesquisa e exploração de petróleo ou gás ao largo da nossa costa) até às lutas laborais, passando por lutas relacionadas com melhores serviços prestados às populações ou pela defesa da atividade produtiva do país, são milhares e milhares de cidadãos que se envolvem em iniciativas, com dimensões diversas, de denúncia, de protesto, de reivindicação, em concentrações, manifestações, vigílias, abaixo-assinados, entre outras formas de ação.

São também milhares os cidadãos que, perdendo a correspondente remuneração, não abdicam de usar a greve (constitucionalmente consagrada) como forma de agir contra as injustiças que lhes procuram impor. Muitas vezes, o poder político e o poder da comunicação social (tantas vezes ao serviço do poder económico) procuram pôr cidadãos contra cidadãos, tudo fazendo para denegrir as greves como forma de luta. Desejariam esses, certamente, que os impactos da greve fossem nulos, mas não há greve que consiga prosseguir os seus justos objetivos se não tiver impacto nos serviços, porque só dessa forma se torna compreensível como os trabalhadores são imprescindíveis para que os serviços funcionem e para que as empresas produzam. Só dessa forma as empresas são pressionadas para atender às justas reivindicações inerentes a uma greve.



Quem valoriza o trabalho, valoriza os trabalhadores e age pela sua dignidade. Quem valoriza a qualidade de vida das populações, age pela garantia de melhores serviços, de melhores padrões ambientais, de diminuição de riscos para a população e para o território. Um povo interventivo é motor do desenvolvimento das sociedades e da construção de um mundo melhor.

Uma outra vertente de participação dos cidadãos são os atos eleitorais. Os Verdes manifestam uma grande preocupação pelo facto de as abstenções em atos eleitorais serem bastante elevadas. Esse facto, podendo ter inúmeras causas, pode resultar de um desinteresse ou afastamento dos cidadãos em relação aos órgãos representativos, ou por considerarem que não vale a pena votar porque fica sempre tudo na mesma.

A verdade é que importa ganhar consciência que a possibilidade de criar uma verdadeira alternativa política está nas mãos dos eleitores e nas escolhas eleitorais que estes fazem. Acabar, por exemplo, com a alternância de governos entre PSD e PS, umas vezes com e outras sem o CDS, só depende dos eleitores. É bem verdade que a comunicação social nos inunda de desinformações perversas, como a de que as eleições legislativas servem para eleger um Primeiro-Ministro, quando isso não corresponde à verdade, porque servem para eleger 230 deputados, e da correlação de forças que se estabelecer na Assembleia da República é que se forma um Governo. Votar nas forças progressistas, que têm a capacidade de transformar e de promover um desenvolvimento justo, equitativo e harmonioso no país, é a solução para que nada fique na mesma – a CDU é essa força de transformação.

VI - O REFORÇO DA AÇÃO ECOLÓGICA

O Partido Ecologista Os Verdes (PEV) projeta o seu modelo de sociedade com base em princípios tão fundamentais como a democracia e a paz, o pluralismo, o reforço de direitos coletivos e individuais, a salvaguarda da natureza onde coexistimos com outras espécies, com as quais formamos um ecossistema global que importa respeitar, através de modelos produtivos e de consumo que garantam a satisfação das necessidades de todos, no presente e no futuro, afirmando uma efetiva solidariedade intra e intergeracional.

A ideologia ecologista, que marca o PEV, é determinante para a concretização de propostas e para o empreendimento de medidas que constituam uma verdadeira alternativa política, capaz de colocar os interesses dos cidadãos, das populações e do ambiente à frente dos sugadores e cegos grandes interesses económicos.

E porque é no presente que se constrói o futuro, porque é do sucesso do presente que depende o sucesso do futuro, os Verdes afirmam que a AÇÃO ECOLÓGICA É UM COMPROMISSO COM O FUTURO. Reforçar a ação ecologista é contribuir para a construção imediata de um futuro de progresso, desenvolvimento e harmonia.

a) Os coletivos regionais do PEV

Os coletivos regionais constituem a base de intervenção do PEV e a plataforma mais regular de contacto dos Verdes com as realidades locais. São, por outro lado, a expressão da implantação do PEV no território nacional.

Os coletivos regionais do PEV correspondem aos distritos do continente e a cada uma das regiões autónomas. Verifica-se que os Verdes têm maior implantação nos grandes centros urbanos, em especial na designada área da «grande Lisboa». Deve, contudo, realçar-se que tem crescido a adesão aos Verdes em zonas do interior do país, fruto da atenção particular que o PEV tem dado, em termos de ação política, aos territórios mais fragilizados pelo desinvestimento a que são recorrentemente votados.

O potencial de crescimento da implantação dos Verdes é muito grande, e, para o efeito, é fundamental criar ações locais, diversificadas, que chamem os ativistas a iniciativas regulares. Esse envolvimento dos ativistas ecologistas é um desafio que está colocado ao PEV, na medida



em que se verificam, por exemplo, muitos casos de desregulação de horários laborais em empresas que dificultam a participação ativa dos cidadãos, e verifica-se também, fundamentalmente em zonas do interior e rurais, a emigração de muitos ativistas, em busca de melhores condições de vida, por não encontrarem emprego nos seus locais de origem. Manter o contacto com estes companheiros, requerer-lhes contributos para o pensamento e a ação ecologista é determinante para consolidar a sua participação no PEV.

Para além disso, verifica-se que a iniciativa de terreno dos Verdes, no contacto direto com as pessoas, é também uma forma de reforço do partido, e de esclarecimento sobre o que é efetivamente e como funciona o Partido Ecologista os Verdes.

A partir das iniciativas realizadas, bem como dos contactos com populações e entidades, os coletivos regionais dos Verdes são um veículo determinante para fazer chegar aos órgãos responsáveis os problemas encontrados e propostas de solução, fundamentalmente através dos eleitos do PEV, mas não só, seja em autarquias locais, nas assembleias legislativas regionais, ou na Assembleia da República.

O reforço dos coletivos regionais do PEV traduz-se no reforço da ação do partido e, conseqüentemente, na criação de melhores condições para encontrar as soluções de que o país precisa.

Nem todos os coletivos regionais têm a mesma dimensão, nem o mesmo padrão de intervenção, mas há algo que os define a todos: um conjunto de mulheres e homens que, juntos, intervêm para construir um país melhor, onde a qualidade de vida seja promovida e onde as desigualdades e as injustiças sejam combatidas.

b) Os órgãos de direção do PEV

O Conselho Nacional dos Verdes é composto por 35 membros eleitos diretamente em Convenção e por mais um elemento de cada coletivo regional. Este último aspeto é determinante, na lógica de proximidade que os Verdes assumem como fundamental no seu pensamento e ação, e leva a que, nas reuniões do Conselho Nacional, estejam sempre muito presentes, não apenas o debate sobre as questões políticas nacionais, mas também a dimensão regional dos problemas denunciados e das propostas e soluções discutidas e encontradas.

Ainda nessa lógica de proximidade, apesar da sede nacional dos Verdes ter condições e grandeza para acolher as reuniões do Conselho Nacional, estas são muitas vezes realizadas em diferentes regiões do país, permitindo um contacto dos membros do Conselho Nacional com as realidades locais, tendo em conta que nestas reuniões descentralizadas há sempre um espaço de contactos e ações de rua, com o envolvimento direto do respetivo coletivo regional, normalmente na véspera do dia da reunião.

O Conselho Nacional reúne geralmente de três em três meses e é um órgão fundamental para a afirmação de decisões políticas do PEV. É um órgão bastante diversificado, também em termos etários e em termos de atividade profissional dos seus membros, o que enriquece bastante o debate aí produzido, tendo em conta as diferentes experiências que são expostas.

De realçar que o Conselho Nacional traduz muito daquela que é a composição militante do PEV, o que leva a que a participação de mulheres seja bastante significativa, sem que seja imposta qualquer quota. A verdade é que, quer pelo interesse que muitas mulheres demonstram pelo projeto ecologista, quer pela forma de funcionamento dos Verdes, a participação feminina é de facto intensa neste partido.

A Comissão Executiva Nacional dos Verdes é o órgão que promove a preparação das iniciativas nacionais do PEV, e que discute posicionamentos políticos, com base na atualidade política. As reuniões da Comissão Executiva costumam realizar-se de três em três semanas, podendo, em caso de necessidade, ter lugar a qualquer momento. Este órgão emana do Conselho Nacional, pelo que todos os seus membros integram também aquela estrutura, destacando-se igualmente uma ampla participação de mulheres, sem que sejam aplicadas quaisquer quotas.

c) O PEV nas autarquias

Sob o lema ecologista «pensar global, agir local», o PEV dá uma grande relevância à intervenção nas autarquias locais, com a consciência de que a ação local é determinante para dar resposta inclusivamente aos problemas ambientais globais, através do fomento de comportamentos mais ecológicos (como a promoção da bicicleta nos planos de mobilidade) ou da preservação de ecossistemas e da promoção da biodiversidade (como a ampliação de espaços verdes), só para dar alguns exemplos.



Por outro lado, os órgãos de Poder Local são aqueles que estão mais próximos das populações e, portanto, são necessariamente aqueles a quem os cidadãos mais facilmente se dirigem para procurar resolver os seus problemas e os da comunidade. Este poder de proximidade é um pilar estruturante da democracia, e foi uma das grandes conquistas do 25 de abril.

Os Verdes envolvem um conjunto significativo de ativistas nas listas eleitorais para as Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia. Desses, aqueles que vêm a ser eleitos pautam o exercício do seu mandato por princípios, muito caros ao PEV, designadamente o da proximidade e o da transparência.

Nas autarquias locais a Coligação Democrática Unitária (CDU) é permanente ao longo do mandato, pelo que se requer uma articulação de ação e de propostas entre os eleitos do PEV e do PCP, assim como com os demais independentes eleitos pela CDU. Em Lisboa, tendo em conta a especificidade da capital, os Verdes formam um grupo municipal com uma intervenção muito intensa e muito ligada aos problemas concretos da cidade.

O PEV tem realizado, em cada mandato, um encontro de autarcas, designado «Agir Local». É um espaço de encontro, de troca de opiniões e de experiências, bem como de assunção de compromissos, por parte dos Verdes e, em especial, dos seus eleitos autárquicos de todo o país. Reporta-se de grande relevância a realização destes encontros e deve refletir-se sobre a necessidade de fomentar esta iniciativa, realizando dois encontros, na medida em que estes são um suporte importante para a programação do trabalho específico dos eleitos ecologistas.

d) O PEV no Parlamento

O Grupo Parlamentar Os Verdes é constituído, atualmente, por dois deputados (uma mulher e um homem), eleitos pelos círculos eleitorais de Lisboa e Setúbal, nas listas da CDU – de realçar que a CDU é uma coligação que cessa após o ato eleitoral, formando-se dois Grupos Parlamentares autónomos e distintos – o do PEV e o do PCP.

Com um trabalho intensamente desenvolvido, o Grupo Parlamentar do PEV procura não apenas dar resposta à agenda definida pela Assembleia da República, designadamente nos debates e com a apresentação de propostas concretas, mas também marcar essa agenda parlamentar, com matérias de grande relevância para o país, tendo introduzido em debate questões tão relevantes como a ferrovia, os povoamentos florestais, o problema do amianto em edificações, o

desperdício alimentar, o reforço de meios para a conservação da natureza, incentivos fiscais a uma mobilidade mais sustentável, entre tantos outros.

Para além do conjunto das propostas apresentadas, materializadas em debates, projetos de lei e projetos de resolução, o Grupo Parlamentar Os Verdes promove um trabalho intenso de fiscalização e questionamento dos membros do Governo e de entidades públicas, no Plenário, em Comissões e sob a forma de pergunta escrita.

Este trabalho é caracterizado por um conhecimento efetivo da realidade, que os deputados dos Verdes apreendem nas suas deslocações ao terreno e no contacto direto com as populações, no conjunto de audiências que o Grupo Parlamentar realiza a pedido de inúmeros cidadãos, associações e movimentos, e nas audições promovidas com um conjunto vasto de entidades. Ademais, o conjunto de dirigentes nacionais dos Verdes, dos coletivos regionais e de assessores que dão apoio ao Grupo Parlamentar, transportam todo um outro conjunto acrescido de denúncias e propostas que leva o PEV a dar resposta a questões que afetam diretamente a vida das pessoas, do meio ambiente e da sociedade em geral.

Com determinação e com conhecimento, o Grupo Parlamentar Os Verdes faz-se porta-voz dos cidadãos na Assembleia da República, com um exercício de mandato de proximidade e não encerrado entre as paredes do Palácio de S. Bento.

e) Ecolojovem

A Ecolojovem, juventude do PEV, é uma estrutura autónoma com uma dinâmica própria, que tem permitido a organização de um conjunto de iniciativas, propostas e tomadas de posição sobre matérias especificamente relacionadas com os jovens ou que a estes dizem também respeito.

Estando as matérias da sustentabilidade ambiental diretamente ligadas à utilização racional de recursos naturais e à preservação do património natural, bem como à promoção de bem-estar e qualidade de vida, é muito natural que obtenham um interesse significativo por parte de muitos jovens, em particular daqueles que procuram agir no sentido de contribuir para vivermos num mundo melhor.

A Ecolojovem tem promovido diversas iniciativas de debate, esclarecimento e informação direcionada para os jovens, mas a sua ação mais emblemática é a realização anual de um



acampamento, no verão, para o qual é escolhido um local identificado com uma questão ecológica, e que seja apazível e descentralizado pelo país. Nestes acampamentos o conjunto de atividades é diversificado, envolvendo ativamente os jovens participantes, e sem esquecer a importância de ouvir as suas ideias e o seu pensamento sobre as mais diversas questões, promovendo-se os valores e os ideais ecologistas.

De realçar que a Ecolojovem produz um boletim informativo regular, que é publicado com a Folha Verde.

As plataformas de juventude constituem um espaço de encontro de organizações e a Ecolojovem valoriza a cooperação e o diálogo entre o movimento associativo juvenil. Justamente por isso, a juventude dos Verdes é fundadora da Federação de Jovens Ecologistas Europeus, é membro dos jovens verdes globais e de outras plataformas, sobretudo ligadas às questões da paz. A Ecolojovem integra também o Conselho Nacional de Juventude.

Reforçar a intervenção da Ecolojovem e a participação de mais jovens nas suas atividades deve constituir um objetivo para reforçar a ação ecologista.

f) Participação Internacional

Em termos internacionais, o PEV está inserido na família verde europeia e mundial, integrando, assim, o Partido Verde Europeu, bem como os Verdes Globais (Global Greens) que juntam, respetivamente os partidos verdes de diversos países da União Europeia e do mundo.

Ao nível do Partido Verde Europeu, o PEV participa regularmente nas reuniões do Conselho dos Verdes Europeus, normalmente com mais do que um delegado, e também nos Congressos realizados, bem como nalguns eventos temáticos e regionais que são promovidos. Tendo sido fundadores da Federação dos Verdes Europeus, depois transformada no Partido Verde Europeu, o PEV considera que a cooperação entre partidos congéneres e a troca de experiências de intervenção nos diversos países é uma mais-valia para o reforço da intervenção de cada um e também conjunta. Embora da mesma família política, por vezes os posicionamentos dos diversos partidos Verdes não são idênticos, mas o respeito pela identidade de cada um é também um exercício de maturidade política e democrática da estrutura comum, questão que o PEV valoriza.

A cooperação tem-se revelado também na promoção de iniciativas pelo PEV em conjunto quer com o Partido Verde Europeu, quer com o Grupo Verde do Parlamento Europeu. A deslocação de membros da direção destas estruturas a Portugal para constatação de problemas no terreno, encontro com entidades e associações, realização de debates temáticos tem sido uma realidade e tem enriquecido a diversidade da ação do PEV.

g) Redes sociais e comunicação

A informação sobre as ações partidárias e o grosso das iniciativas parlamentares realizadas pelo PEV é, insistentemente, silenciada por muitos órgãos de comunicação social nacionais. A estratégia de muitos dos *media* tem levado à exacerbação de notícias sobre algumas forças políticas (com nítida preponderância do Bloco de Esquerda) e ao silenciamento de outras. Os Verdes não deixarão de denunciar e de repudiar este comportamento pouco isento, avesso à importância do pluralismo e deturpador da dimensão do trabalho realizado.

Mas é neste quadro que ainda se torna mais relevante que Os Verdes assumam a importância de desenvolver estratégias de comunicação e de informação com setores específicos e com a população em geral. As redes sociais têm aqui um papel essencial. Os Verdes procuraram melhorar, nos últimos anos, a sua presença nas redes sociais, quer no Facebook, quer no Twitter, quer no Instagram, colocando informação mais completa e atualizada sobre o trabalho desenvolvido e as posições políticas tomadas. Este trabalho de melhorar a estratégia de comunicação nas redes sociais deve continuar, para gerar um aperfeiçoamento e uma eficácia crescentes. Não se trata de procurar formas de propaganda, tal qual ela pode ser entendida, mas sim de formas de comunicação, de informação, de interação com quem está interessado em conhecer o trabalho desenvolvido pelo PEV. Contribuir para alargar o número de visualizações das publicações dos Verdes deve constituir um objetivo de todos os ativistas e amigos do PEV.

A página na internet dos Verdes – www.osverdes.pt - é também uma ferramenta importante de concentração e exposição de informação do trabalho e das ações desenvolvidas pelo PEV, constituindo, igualmente, um importante arquivo onde é possível consultar tematicamente conteúdos produzidos e criados pelos Verdes ao longo dos anos. Tornar o *site* mais apelativo, do ponto de vista do *design* informático e mais intuitivo deve constituir um objetivo para melhorar a informação do partido aos cidadãos.



A publicação, em suporte papel, que os Verdes continuam a produzir é a Folha Verde, cujo formato foi alterado há cerca de um ano, tornando-a de mais fácil leitura. Esta publicação continua a justificar-se, tendo em conta a quantidade de ativistas que solicitam a sua entrega e que procedem à sua leitura, muitos dos quais não aderiram a qualquer rede social e alguns dos quais não têm acesso à *internet*.

Uma questão que deve ser ponderada no seio do PEV é, neste quadro, a possibilidade de se retomar uma *newsletter* que contenha entrevistas, artigos de opinião, levantamentos do trabalho realizado e informação sobre ações a decorrer, entre outros conteúdos possíveis, e que possa facilmente ser distribuída por correio eletrónico a uma quantidade considerável de ativistas, mas também de outros cidadãos, associações e entidades.

h) Campanhas de rua

Os Verdes têm promovido, ao longo dos anos, ações a que damos o nome de campanhas de rua, para as quais é definido um tema e também um modelo de apresentação da mensagem que se pretende passar, levando depois essa campanha às diversas regiões do país, em contacto direto com as populações, procurando-se sempre o amplo envolvimento dos respetivos coletivos regionais do PEV.

A estas campanhas procura-se imprimir originalidade na forma de comunicação com as pessoas, para tornar a mensagem mais apelativa e, conseqüentemente, mais eficaz. A título de exemplo, a última campanha sobre as alterações climáticas foi apresentada na rua, em inúmeras localidades do país, sob a forma de uma exposição pública com cartoons, alusivos ao tema e identificadores das conseqüências sobretudo do aquecimento global, que mereceram a curiosidade e a atenção por parte de quem passava, permitindo uma comunicação muito interessante com os cidadãos.

Desde a 13ª Convenção dos Verdes, até à 14ª, os Verdes desenvolveram quatro campanhas de rua, que percorreram todos os distritos e regiões autónomas, a saber:

«"A" de ambiente na Constituição» - foi elaborada uma brochura com cartoons e texto explicativo do artigo 66º da Constituição da República Portuguesa (CRP), que consagra o direito ao ambiente e à qualidade de vida. Esta campanha foi desenhada para assinalar os 40 anos da CRP, e os seus valores progressistas, e foi sobretudo direcionada para os jovens estudantes.

«Pelo encerramento da Central Nuclear de Almaraz» - foram criados dois tipos de postais, um direcionado para o Governo Português e outro para o Governo de Espanha, ambos a reivindicar responsabilidade e determinação para o encerramento da obsoleta central nuclear que dista em cerca de 100 quilómetros da fronteira portuguesa e usa as águas do Tejo no seu sistema de refrigeração, constituindo um verdadeiro perigo radioativo. Foram milhares os cidadãos que assinaram os postais, tendo os Verdes procedido à sua entrega ao Governo português e também na embaixada de Espanha em Portugal.

«O clima está em mudança – toca a mudar também!» - como já referido acima, esta campanha de alerta para as consequências das alterações climáticas suportou-se numa exposição de cartoons alusivos ao tema e na distribuição, nas ruas de inúmeras localidades do país, de uma brochura com informação detalhada sobre a necessidade de agirmos e exigirmos soluções de mitigação e de adaptação às alterações climáticas.

«Comboios a rolar, Portugal a avançar» - em grupos, o PEV desdobrou-se em viagens pelas diferentes linhas ferroviárias do país, alertando para a necessidade de mais investimento nas infraestruturas ferroviárias, no material circulante e no pessoal afeto a empresas determinantes para uma boa prestação de serviço de transporte ferroviário, como a CP e a EMEF. Foi uma campanha virada fundamentalmente para os utentes dos transportes públicos e da ferrovia em particular.

O sucesso destas campanhas de rua impele o PEV a continuar este modelo de intervenção, com o envolvimento de muitos ativistas e de amigos ecologistas.

i) Atos eleitorais

Se tudo decorrer dentro da normalidade do calendário previsto, os próximos atos eleitorais, que decorrerão entre a 14^a e a 15^a Convenções dos Verdes são as eleições para o Parlamento Europeu (maio de 2019), para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira (setembro ou outubro de 2019), para a Assembleia da República (setembro ou outubro de 2019), para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores (setembro ou outubro de 2020), e para a Presidência da República (janeiro de 2021). As próximas eleições autárquicas decorrerão em setembro ou outubro de 2021 e, portanto, previsivelmente já após a realização da 15^a Convenção do PEV (a ter lugar em 2021).



As eleições presidenciais diferenciam-se das demais pelo facto de as candidaturas serem unipessoais. É face à situação política da altura em que se realizarem essas eleições, e face ao quadro das candidaturas apresentadas, que os Verdes definirão os moldes da sua participação ou do seu apoio nesse ato eleitoral.

Para as eleições legislativas, europeias e regionais, importa, desde já, expressar a importante convergência de intervenção, participação e propostas que a CDU tem representado. Esta Coligação entre PCP e PEV, que envolve também a Intervenção Democrática, bem como um conjunto muito significativo de independentes não filiados em qualquer um dos partidos, parte da vontade de projetos diferentes que assumem que a relevância da união de esforços e a convergência de ideias é uma força efetiva para empreender uma política alternativa, que assuma o progresso e o desenvolvimento como bases estruturantes para o bem-estar e para a qualidade de vida. Desprendida da cedência e da subserviência aos grandes interesses económicos, a CDU tem-se sempre pautado pelo lema do trabalho, da honestidade e da competência em projetos de coerência e de afirmação da necessidade de transformação para construir e garantir um mundo bem melhor.

Previamente a cada ato eleitoral, competirá ao Conselho Nacional dos Verdes definir em que moldes, com que candidatos e com que meios o PEV participará e se empenhará em cada uma das eleições, partindo sempre da certeza que os compromissos que assumimos com os cidadãos são o nosso guião de intervenção como eleitos e que nunca dizemos uma coisa em campanha eleitoral e outra após as eleições. A coerência e a verdade são bases imprescindíveis para o desenvolvimento de uma política de seriedade, construtiva e fiel a todos os que confiam no PEV.

Sabemos que partimos para cada ato eleitoral num manto de silenciamento por parte da comunicação social. Porém, essa discriminação não nos demove da força e da determinação da nossa intervenção.

Os eleitos do PEV, em cada um dos atos eleitorais, dedicados à causa pública e à representatividade dos cidadãos, acordam não ser beneficiados financeiramente pelo exercício dos mandatos, e pautam-se pelos princípios do trabalho, da honestidade e da competência, assumindo cumprir os compromissos estabelecidos com os eleitores, e garantindo que exercem o seu mandato com total transparência e em efetiva proximidade com as populações.

O Partido Ecologista Os Verdes tem um comprometimento com o futuro, o que nos implica agir no presente com uma visão estratégica e coerente para a construção de uma sociedade sustentável e de um mundo harmonioso. Reforçar a ação ecologista é dar mais força a esse objetivo e às propostas que o materializam, assim como a uma alternativa política transformadora que zela pela Natureza, pela qualidade de vida e pelos direitos dos cidadãos.